



# **COFECON**

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

## **MISSÃO**

**Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.**

## **VISÃO**

**Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.**

# RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016

Conselho Federal de Economia

Presidente Econ. Júlio Miragaya

Vice-Presidente Econ. Odisnei Antônio Béga

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal; elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, DN-TCU 154/2016 e Portaria TCU Nº59/2017

Coordenadora do Relatório: Aline Tales Ferreira - Superintendente em exercício.  
Colaboradores: Antonio Tolentino – Contador, Manoel Castanho – Jornalista e Thiara de Oliveira Lima – Assessora da Presidência.

Maio / 2017

Brasília – DF

## SUMÁRIO

1. SEÇÃO 1 – APRESENTAÇÃO
2. SEÇÃO 2 – VISÃO GERAL DA UNIDADE
  - 2.1. Finalidade e competências
  - 2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade
  - 2.3. Breve histórico da entidade
  - 2.4. Organograma
3. SEÇÃO 3 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS
  - 3.1. Planejamento Organizacional
    - 3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício
  - 3.2. Formas de monitoramento da execução e resultados dos planos
  - 3.3. Desempenho Orçamentário
    - 3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade
    - 3.3.2. Execução descentralizada com transparência de recursos
    - 3.3.3. Informações sobre a realização de receitas
    - 3.3.4. Informações sobre a execução de despesas
  - 3.4. Desempenho Operacional
  - 3.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho
4. SEÇÃO 4 – GOVERNANÇA
  - 4.1. Descrição das estruturas de Governança
  - 4.2. Informações sobre dirigentes e colegiados
  - 4.3. Atuação da unidade de auditoria interna
  - 4.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos
  - 4.5. Gestão de riscos e controles internos
  - 4.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados
  - 4.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada
5. SEÇÃO 5 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO
  - 5.1. Gestão de pessoas
    - 5.1.1. Estrutura de pessoal da Unidade
    - 5.1.2. Demonstrativo das despesas de pessoal
  - 5.2. Contratação de mão de obra temporária
  - 5.3. Gestão da tecnologia da informação
  - 5.4. Principais sistemas de informações
6. SEÇÃO 6 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE
  - 6.1. Canais de acesso ao cidadão
  - 6.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários
  - 6.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade
  - 6.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações
7. SEÇÃO 7 – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
  - 7.1. Desempenho financeiro no exercício
  - 7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão dos itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos
  - 7.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

8. SEÇÃO 8 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

- 8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU
- 8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno
- 8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário

9. SEÇÃO 9 – ANEXOS

Anexo I – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Anexo II – BALANÇO PATRIMONIAL

Anexo III – BALANÇO FINANCEIRO

Anexo IV – COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM ARRECADADA 2015

Anexo V – COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM ARRECADADA 2016

Anexo VI – COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM REALIZADA 2015

Anexo VII – COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM ARRECADADA 2016

Anexo VIII – DEMONSTRATIVOS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

## SEÇÃO 1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta ao Tribunal de Contas da União as informações sobre as atividades do Conselho Federal de Economia que são de especial interesse do órgão de controle e está dividido em capítulos que tratam dos seguintes temas: visão geral; planejamento organizacional e resultados; governança gestão de riscos e controles internos; áreas especiais da gestão; relacionamento com a sociedade; desempenho financeiro e informações contábeis; e conformidade de gestão.

Entre as principais realizações do Sistema Cofecon/Corecons em 2016, de imediato cabe destacar o XXV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, realizado junto ao Corecon do Rio Grande do Norte, de 31 de agosto a 3 setembro. Além da significativa participação dos profissionais de economia, o XXV SINCE ficou marcado pela relevância do tema central “Desafios da Economia Brasileira”.

A nova sede do Cofecon foi inaugurada em dezembro de 2015, na gestão do presidente Paulo Dantas da Costa, após a cessão do espaço pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU). No entanto, a mudança de toda a estrutura ocorreu em janeiro de 2016.

Além do transporte e organização de móveis e equipamentos, foi necessário assegurar o perfeito funcionamento de toda a estrutura de informática, telefonia, segurança e novos equipamentos em geral, visto que o imóvel havia passado por uma grande reforma. Todas as etapas foram vencidas durante o ano, de acordo com a complexidade de cada uma delas, o que demandou a utilização de reservas financeiras do Cofecon que não estavam previstas inicialmente no orçamento.

A nova estrutura traz mais conforto aos funcionários e conselheiros federais e permite melhor execução das atividades-fim do Conselho. O espaço também permite uma maior interação dos conselheiros federais com a equipe técnica já que ficam todos reunidos em um mesmo local. Todas as reuniões e debates podem ser realizados no local, incluindo as Sessões Plenárias, que antes ocorriam em espaços alugados.

Outra conquista foi a aquisição de equipamento próprio de sonorização, o que deixou a nova sede completa para a realização de eventos, tornando-se referência no Sistema Cofecon/Corecons.

## SEÇÃO 2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

**Denominação Completa:** Conselho Federal de Economia

**Denominação Abreviada:** COFECON

**Natureza Jurídica:** Autarquia Federal CNPJ: 33.758.253/0001-25

**Principal Atividade:** Fiscalização Profissional Código CNAE: 9412-0/01

**Telefones/Fax Contato:** (61) 3208-1800 (61) 3208-1814

**Endereço Eletrônico:** [cofecon@cofecon.org.br](mailto:cofecon@cofecon.org.br)

**Página na Internet:** [www.cofecon.org.br](http://www.cofecon.org.br)

**Endereço Postal:** Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, Edifício Palácio do Comércio, Sala 1201, Brasília-DF.

### 2.1 Finalidade e competências:

O Conselho Federal de Economia (COFECON), com sede na Capital Federal, e os Conselhos Regionais de Economia (CORECON), criados pelo art. 6º da Lei 1411/51 (com a redação dada pela Lei 6021/74), são autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público para o cumprimento das missões fixadas por aquela Lei (art. 1º § 1º da Lei 6.537/78).

Compete ao Conselho Federal de Economia (art. 7º da Lei 1411/51)

- a) contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional;
- b) orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- d) organizar o seu regimento interno;
- e) examinar e aprovar os regimentos internos dos C.R.E.P. e modificar o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação;
- f) julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos C.R.E.P.
- g) promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do país;
- h) fixar a jurisdição e o número de membros de cada Conselho Regional, considerando os respectivos recursos e a expressão numérica dos Economistas legalmente registrados em cada Região. (Redação dada pela Lei nº 6.537, de 1978)
- i) elaborar o programa das atividades relativas ao dispositivo das letras *a* e *g* para sua realização por todos os Conselhos;
- j) servir de órgão consultivo do Governo em matéria de economia profissional.

### 2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade:

**Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951**

Dispõe sobre a Profissão de Economista.

**Decreto n.º 31.794, de 17 de novembro de 1952**

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de economista, regida pela Lei nº 1.411, de 13.08.1951, e dá outras providências.

**Lei n.º 6.021, de 03 de janeiro de 1974**

Altera dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de economista; atualiza valores das anuidades, taxas e multas, subordinando as a percentuais do maior salário mínimo, e altera a denominação dos Conselhos Federal e Regionais.

**Lei n.º 6.206, de 07 de maio de 1975**

Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências.

**Lei n.º 6.537, de 19 de junho de 1978**

Altera dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de Economista.

**Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980**

Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

**Lei n.º 12.514, de 28 de outubro de 2011**

Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

**2.3 Breve histórico da entidade:**

O Conselho Federal de Economia é uma autarquia de fiscalização profissional. Foi criado pela Lei nº 1.411/51, que regulamenta a profissão de Economista. Até o ano de 2001 teve seu funcionamento na cidade do Rio de Janeiro, tendo posteriormente sua sede transferida para Brasília.

Ao longo de 65 anos o COFECON tem desempenhado suas principais atribuições legais, como contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica no país e servir como órgão consultivo do governo em matéria profissional. Tem também representação em todo o país, por meio dos Conselhos Regionais de Economia (CORECONS) para atuar na fiscalização profissional, garantindo à sociedade que esta importante atividade será exercida apenas por pessoas devidamente habilitadas para tal.

Seu Plenário é composto por um grupo de 18 conselheiros efetivos e 18 suplentes, com representantes das cinco regiões do país.

Em 2010 havia no Brasil 235 mil economistas, sendo que cerca de 175 mil estavam em atividade e cerca de 60 mil aposentados ou desempregados, números que devem ter se mantido inalterados. O maior contingente de graduados encontrava-se em São Paulo (74,4 mil), seguido do Rio de Janeiro (30,5) mil. Em Brasília, eram 10.865. Desse total, pouco mais da metade encontrava-se registrado nos Conselhos Regionais. Havia ainda cerca de 24 mil pós-graduados em Economia, sendo 18.300 mestres e 5.400 doutores, que não são representados pelo Cofecon.

Em relação aos apenas graduados, cerca de 25% achavam-se aposentados ou desempregados. Entre os que estavam exercendo atividade profissional, 58,4% eram assalariados; 18,9% autônomos; 13,3% servidores públicos e 9,4% eram empregadores. O rendimento médio dos que possuíam apenas graduação era, em 2010, de R\$ 5.204,00. Já o dos que possuíam mestrado era de R\$ 11.855,00 e o dos que tinham doutorado alcançava R\$ 12.569,00.

Há 269 cursos de graduação em economia no país, sendo 137 públicos e 132 privados, nos quais estão matriculados pouco mais de 50 mil alunos. Em seu juramento, os estudantes declaram: “Eu juro fazer da profissão de Economista um instrumento não de valorização pessoal, mas sim utilizá-lo para promoção do

bem-estar social econômico de meu povo e de minha nação, cooperar com o desenvolvimento da Ciência Econômica e suas aplicações, observando sempre os postulados da ética profissional”.

**2.4 Organograma:**

O Conselho Federal de Economia é constituído:

I – de um Plenário, seu Órgão Deliberativo, integrado por 18 (dezoito) Conselheiros Efetivos e mesmo número de Suplentes, eleitos na forma estabelecida pela legislação pertinente, renovando-se 1/3 (um terço) anualmente.

II – da Presidência, seu Órgão Executivo, a que se subordinam os serviços técnicos e administrativos criados pelo Conselho em razão de suas finalidades legais.

III – das Comissões, constituídas para a execução de determinadas tarefas ou para atingir fins que não justifiquem a criação de serviço permanente.



A estrutura organizacional do COFECON contempla o processo de divisão do trabalho e alocação de responsabilidades e está assim definida:

- Plenário: órgão superior de decisão colegiada;
- Comissões e Grupos de trabalho: órgãos deliberativos em matérias específicas;

- Presidente e Vice-Presidente: órgão principal de decisão singular;
- Unidades organizacionais vinculadas direta e imediatamente ao Presidente: Procuradoria Jurídica, Superintendência, secretaria e Comunicação.
- **Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas**

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Plenário	* Vide Abaixo	<p><b><u>Conselheiros Efetivos</u></b>            Antonio Melki Júnior            Bianca Lopes de Andrade Rodrigues            Celina Martins Ramalho            Denise Kassama Franco do Amaral            Eduardo José Monteiro da Costa            Felipe Macedo de Holanda            Henri Wolf Bejzman            João Manoel Gonçalves Barbosa            Jin Whan Oh            Júlio Miragaya            Luiz Alberto de Souza            Aranha Machado            Nei Jorge Correia Cardim            Nelson Pamplona da Rosa            Odisnei Antônio Béga            Paulo Hermance Paiva            Paulo Salvatore Ponzini            Pedro Andrade de Oliveira            Róridan Penido Duarte</p> <p><b><u>Conselheiros Suplentes</u></b>            Arthur Nemrod Menezes Guimarães            Carlos Alberto Safatle            Eduardo Rodrigues da Silva            Fernando da Silva Ramos Filho            Fernando de Aquino            Fonseca Neto            Henrique Jorge Medeiros Marinho            José Antonio Lutterbach Soares</p>	Conselheiros Federais	01/01/2016 a 31/12/2016

		Lourival Batista de Oliveira Júnior Marcelo Martinovich dos Santos Maria de Fátima Miranda Mônica Beraldo Fabrício da Silva Paulo Brasil Corrêa de Mello Paulo Roberto Polli Lobo Regina Lúcia Gadioli dos Santos Sebastião Demuner Valery Maineri König Virgílio Pacheco de Araújo Neto ( <i>in memorian</i> )		
Comissões	* Vide Abaixo	* Vide Abaixo	Conselheiros Federais	01/01/2016 a 31/12/2016
Grupos de Trabalho	* Vide Abaixo	* Vide Abaixo	Conselheiros Federais	01/01/2016 a 31/12/2016
Presidente Vice-Presidente	* Vide Abaixo	Júlio Miragaya Odisnei Antônio Béga	Presidente Vice-Presidente	01/01/2016 a 31/12/2016
Superintendente	* Vide Abaixo	Aline Tales Ferreira	Superintendente Interina	01/01/2016 a 31/12/2016
Procuradoria Jurídica	* Vide Abaixo	Marcus Vilmon Teixeira dos Santos	Procurador Chefe	01/01/2016 a 31/12/2016
		Fábio Ronan Miranda Alves	Advogado	
		Marília Andrade Rosa Abrantes	Advogada	
		Silvane Lopes da Silva	Estagiária	
		Maiara Alves Martins	Estagiária	
Secretaria	* Vide Abaixo	Jane Lopes Silva	Assessora	01/01/2016 a 31/12/2016
		Thiara de Oliveira Lima	Assessora	
		Laís Umbelino Ferreira	Estagiária	
Apoio Administrativo	* Vide Abaixo	Daniel Nunes de Oliveira,	Assistente Administrativo	01/01/2016 a 31/12/2016
		Danielle Costa Barbosa		
		Lilian de Souza Barbosa		
Assessoria Econômica	* Vide Abaixo	Maria Aparecida Carneiro	Economista	01/01/2016 a 31/12/2016
		Giovana Álvares Moreira	Estagiária	
Contabilidade	* Vide Abaixo	Antônio Tolentino	Contador	01/01/2016 a 31/12/2016
		José Luiz Pereira Barbosa	Técnico Contábil	

Comunicação	* Vide Abaixo	Natália Lepsch Kenupp	Assessora	01/01/2016 a 31/12/2016
		Manoel José Castanho	Jornalista	
		Júlio César Poloni de Góes	Assessor	
Tecnologia da Informação	* Vide Abaixo	Fernando Athaide Nóbrega Filho	Assessor	01/01/2016 a 31/12/2016
		Alexandre Café Rodrigues	Assessor	
		Danyel Willian Santos Teófilo	Técnico de Informática	
Licitação	* Vide Abaixo	João Henrique Vieira Costa	Assistentes	01/01/2016 a 31/12/2016
		Ana Claudia Ramos Pinto	Administrativo	
Serviços Administrativos	* Vide Abaixo	Edna Barroso Machado	Serviços Administrativos	01/01/2016 a 31/12/2016
		Flávia Eyllin Coutinho	Estagiária	
		Nathália Gabriely	Estagiária	

**\*Competências**

**São atribuições do Plenário:**

I – estimular a disseminação da ciência econômica nos diversos segmentos da sociedade brasileira, buscando promover estudos que resultem nas práticas mais adequadas ao país; II – determinar a orientação, supervisão e disciplina da fiscalização do exercício profissional, com vistas a manter a uniformidade de atuação dos Conselhos Regionais; III – conhecer e dirimir as dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais; IV – alterar o Regimento Interno; V – examinar e aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais, modificando-os, caso necessário, para manter-se a respectiva unidade de orientação e ação; VI – julgar, em última instância, os recursos interpostos contra os atos dos Conselhos Regionais; VII – decidir sobre a criação, fusão e organização dos Conselhos Regionais, fixando-lhes a jurisdição e o número de seus membros, considerando a expressão quantitativa dos economistas e a dotação relativa dos recursos; VIII – decidir sobre o programa de trabalho; IX – oferecer subsídios à formulação e implementação da política econômica governamental e, em assuntos que interessem a economia nacional, à ação do Congresso Nacional, além de aprovar e emitir quaisquer pronunciamentos em nome da instituição em temas econômicos, sociais ou políticos, podendo delegar esta atribuição, mediante Resolução, ao Presidente, a Comissões próprias ou a Conselheiros; X – eleger, dentre os Conselheiros, o Presidente e o Vice-Presidente; XI – deliberar sobre proposta orçamentária, suas alterações e abertura de créditos adicionais segundo proposição da Presidência, considerando o programa anual de trabalho; XII – homologar orçamentos, reformulações, alterações e abertura de créditos adicionais, provenientes dos Conselhos Regionais; XIII – aprovar o Plano de Cargos e Salários (PCS) e suas alterações, bem como a tabela salarial dos empregados do quadro de pessoal do COFECON e os índices de atualização da mesma; XIV – autorizar a criação de cargos, funções, níveis de remuneração, e, bem assim, aprovar o regulamento de promoções e suas alterações, nos termos do Plano de Cargos e Salários (PCS) e em estrita observância ao que preceitua a legislação aplicável em vigor; XV – aprovar a criação de comissões ou grupos de trabalho; XVI – julgar o relatório anual de atividades e a prestação de contas do exercício anterior, observado o disposto neste Regimento em relação à Comissão de Tomada de Contas, ficando impedidos de votar esta matéria o Presidente, o Vice-Presidente e os Conselheiros que os tenham eventualmente substituído nos atos de gestão do exercício considerado. XVII – deliberar sobre as prestações de contas dos Conselhos Regionais, após o exame da Comissão de Tomada de Contas. XVIII – deliberar previamente sobre mutações patrimoniais, doações, legados, subvenções, convênios e toda forma de auxílio financeiro aos Regionais e a terceiros; XIX – autorizar operações referentes à compra, venda, dação em pagamento, aluguel e permuta de imóveis pelos

Conselhos Regionais, observando as disposições legais; XX – deliberar sobre atos que contrariem a ética profissional, definidos em legislação própria, quando se tratar de competência do Conselho Federal; XXI – zelar pela observância dos dispositivos do Código de Ética Profissional do Economista; XXII – decidir sobre os meios hábeis que objetivem a valorização profissional do Economista, particularmente quanto à melhoria de sua capacidade técnica e à utilização de seu saber específico nos diferentes setores da economia nacional; XXIII – estimular a elaboração de trabalhos na área de economia aplicada especialmente sobre problemas do desenvolvimento econômico-social, podendo, para esse fim, estabelecer prêmios anuais.

**São atribuições dos Conselheiros:**

I – participar das Sessões do Conselho e do Tribunal Superior de Ética; II – relatar os processos e desempenhar encargos para os quais forem designados; III – integrar comissões ou grupos de trabalho, quando designados; IV – representar o Conselho, quando designados; V – conhecer previamente a pauta da Sessão e a minuta da ata da Sessão a ser aprovada.

**São atribuições do Presidente:**

I – cumprir e fazer cumprir a Lei, o Regulamento, este Regimento, as Resoluções, Deliberações e demais atos normativos do Conselho; II – administrar e representar legalmente o Conselho; III – dar posse aos Conselheiros e convocar os Suplentes; IV – distribuir aos Conselheiros, para relatar, os processos ou matérias que devam ser submetidos à deliberação do Plenário; V – propor ao Plenário atos deliberativos; VI – convocar e presidir as sessões do Conselho e as do Tribunal Superior de Ética; VII – propor ao Plenário a constituição de comissões ou grupos de trabalho; VIII – exercer os atos relativos à política e administração de pessoal, observando o disposto no art. 10, incisos XIII e XIV deste Regimento; IX – autorizar o pagamento das despesas orçamentárias ou especiais votadas pelo Plenário e, juntamente com o responsável designado para a Tesouraria, ou seu substituto legal, movimentar contas bancárias, assinar cheques e passar recibos; X – submeter ao Plenário, na primeira sessão de seu mandato, o programa de trabalho; XI – encaminhar à deliberação do Plenário a proposta orçamentária e suas alterações, bem como o relatório anual de Prestação de Contas; XII – delegar competências regimentais incluídas nas alíneas II, VIII, IX e XIV a Conselheiros e funcionários, respeitados os princípios legais da delegação de competência e do controle interno; XIII – decidir “ad referendum” do Plenário, nos casos em que se faça inadiável e imprescindível a tomada de decisão sobre matérias de competência do Plenário e seja impossível a convocação tempestiva desse colegiado, ao qual deverá ser a decisão submetida na sessão imediatamente posterior para homologação. Neste caso, poderá o Plenário revogar ou alterar, posteriormente, tais deliberações, preservando-se os legítimos efeitos gerados até esse momento; XIV – acautelar os interesses dos Conselhos Federal e Regionais e os da categoria profissional, adotando as providências necessárias.

Em 2016 o Presidente Júlio Miragaya participou de 19 Sessões Plenárias Regionais ao longo do ano e implementou o Projeto “Ouvindo os Corecons”, que tem o intuito de aproximar o Cofecon das demandas específicas dos economistas em cada estado.

**São atribuições das Comissões Permanentes e Temáticas:**

**Comissão de Tomada de Contas**

Atribuições: Acompanhar as demonstrações de receita e despesa do Cofecon, conferindo a regularidade das despesas efetivadas, inclusive dos bens patrimoniais permanentes. Exercer o papel de controle interno do Sistema, emitindo pareceres conclusivos sobre registros, prestação de contas e balancetes trimestrais do Sistema Cofecon/Corecon.

Componentes: Efetivos: João Manoel Gonçalves Barbosa (presidente), Nei Jorge Correia Cardim e Nelson Pamplona da Rosa. Suplentes: Antônio Melki Júnior, Fernando da Silva Ramos Filho e Paulo Roberto Polli Lobo. Interfaces: Antônio Tolentino e José Luiz Pereira Barboza.

#### **Comissão de Licitação**

Atribuições: Efetivar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pela Lei Federal nº 8.666/93.

Componentes: Efetivos: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues (presidente), João Henrique Vieira Costa e Marília Andrade Rosa Abrantes. Suplentes: Eduardo Rodrigues da Silva, Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves. Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto e João Henrique Vieira Costa.

#### **Comissão de Planejamento Estratégico, Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão**

Atribuições: Consolidar a efetivação do Planejamento Estratégico do Conselho com vistas ao fortalecimento operacional do Sistema. Aperfeiçoar o Setor de Tecnologia da Informação (TI), com vistas à modernização da estrutura administrativa não só do Cofecon como também do fortalecimento do próprio Sistema.

Componentes: Jin Whan Oh (coordenador), Paulo Salvatore Ponzini, Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Pedro Andrade de Oliveira, Sebastião Demuner, Fernando da Silva Ramos Filho e Florêncio Costa de Melo. Interfaces: Aline Tales Ferreira e Fernando Athaide.

#### **Comissão de Educação**

Atribuições: Organizar e promover o Prêmio Brasil de Economia, Personalidade Econômica do Ano e Gincana Nacional de Economia. Promover mecanismos que estreitem a relação do Cofecon com as universidades e as escolas de economia do país, assim como os cursinhos e escolas de ensino médio. Articulação e participação, junto a outras entidades, no acompanhamento das diretrizes curriculares do curso de economia no país.

Componentes: Celina Martins Ramalho (coordenadora), Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo Rodrigues da Silva, Henri Wolf Bejzman, Henrique Jorge Medeiros Marinho, Jin Whan Oh, Júlio Cezar Ramos Nogueira, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Valery Maineri König, Eduardo Reis Araújo, Florêncio Costa de Melo, Ricardo Valério Costa Menezes e Thales de Souza Campos. Interfaces: Jane Lopes da Silva, Ana Cláudia Ramos Pinto, Daniel Nunes de Oliveira, Lilian de Souza Barbosa e Thiara Lima.

#### **Comissão de Comunicação**

Atribuições: Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação do Sistema Cofecon/Corecons e a comunicação interna, inserindo-o na agenda econômica e na mídia nacional e nos Estados. Revisar os mecanismos da página do Cofecon na Internet. Produzir a revista do Cofecon.

Componentes: Jin Whan Oh (coordenador), Celina Martins Ramalho, Denise Kassama Franco do Amaral, João Manoel Gonçalves Barbosa, Júlio Miragaya, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Eduardo Reis Araújo, Ricardo Valério Costa Menezes e Simone Magalhães. Interfaces: Natália Kenupp, Manoel Castanho e Júlio Poloni.

#### **Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar**

Atribuições: Acompanhar a aplicação de normas e procedimentos do Sistema Cofecon/Corecons. Revisar e atualizar a Consolidação da Legislação da Profissão do Economista. Acompanhar os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que são do interesse dos economistas brasileiros, com apoio da assessoria parlamentar.

Componentes: Nei Jorge Correia Cardim (coordenador), Antonio Melki Júnior, Róridan Penido Duarte, Paulo Dantas da Costa e Pedro Afonso Gomes. Interfaces: Marcus Vilmon Teixeira dos Santos, Marília Andrade Rosa Abrantes e Danielle Costa Barbosa Giroto.

#### **Comissão de Fiscalização e Registro Profissional**

Atribuições: Acompanhar a fiscalização em todo o Sistema Cofecon/Corecon. Acompanhar e verificar as condições do exercício da profissão de economista e as habilitações para o registro do profissional. Apreciar e relatar os processos relativos à atividade fim de registro e fiscalização.

Componentes: Paulo Hermance Paiva (coordenador), Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Odisnei Antônio Béga, Paulo Roberto Polli Lobo, Pedro Andrade de Oliveira e Valery Maineri König. Interfaces: Maria Aparecida Carneiro, Ana Cláudia Ramos Pinto e Marcus Vilmon Teixeira dos Santos.

#### **Comissão de Política Econômica**

Atribuições: Pesquisar, discutir e promover a participação efetiva dos economistas no desenvolvimento econômico do país e sua inserção na economia mundial. Posicionar-se sobre os impactos das políticas econômicas. Elaborar estudos e avaliações referentes à situação da desigualdade na distribuição espacial da renda no Brasil, possíveis avanços e suas causas. Estimular a publicação de artigos relacionados ao tema nos sites e nas publicações do Sistema Cofecon/Corecon e avaliar a edição pelo Cofecon de uma coletânea sobre o tema, com artigos elaborados pelos Corecons.

Componentes: Róridan Penido Duarte (coordenador), Antônio Melki Júnior, Eduardo José Monteiro da Costa, Fábio José Ferreira da Silva, Felipe Macedo de Holanda, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Henrique Jorge Medeiros Marinho, Jin Whan Oh, Júlio Miragaya, Newton Marques e Roberto Bocaccio Piscitelli. Interface: Maria Aparecida Carneiro.

#### **Comissão de Desenvolvimento Regional**

Atribuições: Apoiar a realização de seminários e encontros nacionais e regionais sobre a questão do desenvolvimento regional. Participar de eventos nacionais e regionais relacionados ao tema. Promover a avaliação das políticas públicas que tratam da questão regional, considerando seus diversos aspectos: desenvolvimento, planejamento e ordenamento territorial.

Componentes: Felipe Macedo de Holanda (coordenador), Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Eduardo José Monteiro da Costa, Henrique Jorge Medeiros Marinho, Júlio Miragaya, Ana Cláudia Arruda Laprovitera e Lion Rodrigues Schuster. Interface: Thiara Lima

#### **Grupo de Trabalho Sede dos Regionais**

Atribuições: Atuar junto às Superintendências do Patrimônio da União nos Estados visando a cessão de imóveis para instalação dos Conselhos Regionais que não possuem sede própria, ou que não dispuserem de sede adequada para a execução de suas atividades-fim.

Componentes: Sebastião Demuner (coordenador), Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Paulo Hermance Paiva, Pedro Andrade de Oliveira. Interface: Thiara Lima.

#### **Grupo de Trabalho Voto Eletrônico**

Atribuições: Realizar estudos visando a proposição de melhorias no sistema de votação eletrônico, objetivando sua implantação em todos os Conselhos Regionais de Economia.

Componentes: Paulo Salvatore Ponzini (coordenador), Jin Whan Oh, Wellington Leonardo da Silva, Róridan Penido Duarte e Eduardo José Monteiro da Costa. Interface: Alexandre Café Rodrigues e Aline Tales Ferreira.

#### **Grupo de Trabalho Composição do Plenário**

Atribuições: Realizar estudos visando a proposição de critérios para a composição do Plenário do Conselho Federal de Economia.

Componentes: Paulo Salvatore Ponzini (coordenador), João Manoel Gonçalves Barbosa, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Maria Cristina Araújo e Pedro Andrade de Oliveira. Interface: Aline Tales Ferreira.

#### **Grupo de Trabalho Cooperativa de Crédito dos Economistas**

Atribuições: Realizar estudos visando a apresentação de um projeto de criação da Cooperativa de Crédito dos Economistas.

Componentes: Fernando de Aquino Fonseca Neto (coordenador), Bianca Lopes de Andrade Rodrigues,

Henrique Jorge Marinho, Jin Whan Oh, Júlio Cezar Ramos Nogueira, Paulo Roberto Polli Lobo e Geraldo Almeida Silva. Interface: Jane Lopes da Silva.

**Grupo de Trabalho Mulher Economista**

Atribuições: Aperfeiçoar a participação das economistas na economia brasileira bem como estimular a participação mais efetiva no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons. Pesquisar o perfil e área de atuação com maior participação das economistas e conhecer a estrutura do mercado de trabalho.

Componentes: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues (Coordenadora), Celina Martins Ramalho e Denise Kassama Franco do Amaral. Interface: Jane Lopes da Silva.

**Grupo de Trabalho Banco de Dados do Cofecon**

Atribuições: Elaborar um banco de dados com informações de natureza econômica que possa subsidiar as atividades dos Conselheiros.

Componentes: Pedro Andrade de Oliveira (coordenador), Júlio Miragaya e José Antonio Lutterbach Soares. Interface: Maria Aparecida Carneiro.

**Grupo de Trabalho Sistematização de Indicadores**

Atribuições: Elaborar proposta metodológica para a disponibilização sistemática de indicadores conjunturais e da percepção de tendências de comportamento das principais variáveis macroeconômicas pelo COFECON para a categoria profissional dos economistas, setor empresarial e financeiro, acadêmicos de economia e setor público.

Componentes: Eduardo José Monteiro da Costa (coordenador), Jin Whan Oh, Denise Kassama Franco do Amaral, Felipe Macedo de Holanda e Odisnei Antônio Béga. Interface: Maria Aparecida Carneiro.

**Grupo de Trabalho Perícia Econômico-Financeira**

Atribuições: Realizar estudos visando a proposição de ações para fortalecer a atividade de Perícia Econômico-Financeira, divulgando-a entre profissionais e estudantes de Ciências Econômicas e tomadores de serviços, e definindo as exigências de capacitação técnica para a certificação de competência por especialidade.

Componentes: Henri Wolf Bejzman (coordenador), Odisnei Antônio Béga, Pedro Afonso Gomes, Sérgio Guimarães Hardy e Simone Magalhães. Interface: Maria Aparecida Carneiro.

**Grupo de Trabalho Responsabilização Social**

Atribuições: Estudar a implantação de programas de responsabilidade social e economia solidária no Sistema Cofecon/Corecons, de modo que suas ações gerem impacto positivo na sociedade.

Componentes: Efetivos: Denise Kassama Franco do Amaral (coordenadora), Henri Wolf Bejzman, Marcela Vieira Gonçalves e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva. Interface: Thiara Lima.

**Grupo de Trabalho Operacionalização da Eleição Eletrônica**

Atribuições: Operacionalizar a eleição eletrônica dos Conselhos Regionais de Economia que optaram pela utilização do sistema compartilhado de eleição.

Componentes: Odisnei Antônio Béga (coordenador), Paulo Salvatore Ponzini e Antonio Melki Júnior. Interfaces: Aline Tales Ferreira e Alexandre Café Rodrigues.

**Grupo de Trabalho Transparência**

Atribuições: Conduzir o processo de estudos, aperfeiçoamento e disseminação da cultura de observância à transparência no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons.

Componentes: Pedro Andrade de Oliveira (coordenador), Antonio Melki Junior e Luiz Alberto Machado. Interface: Aline Tales Ferreira e Danyel Willian Teófilo.

**Grupo de Trabalho Corecon Jovem Acadêmico**

Atribuições: Estudar e Implementar programas e ações voltados aos estudantes de economia para que eles entendam o papel do Sistema Cofecon Corecons, bem como promover as atividades dos Regionais junto aos estudantes e vice-versa.

Componentes: Paulo Salvatore Ponzini (coordenador), Eduardo Rodrigues da Silva e Henri Wolf Bejzman.  
Interface: Júlio Poloni.

**Grupo de Trabalho Concurso Público do Sistema Cofecon/Corecon.**

Atribuições: Realizar estudos e emitir um parecer sobre a viabilidade de continuar realizando o concurso público do Sistema Cofecon/Corecons.

Componentes: Luiz Alberto de Souza Aranha Machado (coordenador), Aline Tales Ferreira, Marcus Vilmon Teixeira dos Santos e Marília Andrade Rosa Abrantes.

**Conselho Editorial da Revista Economistas**

Competências: Aprovar a pauta e avaliar o conteúdo da revista, aprovando ou não a sua publicação.

Membros: Júlio Miragaya, Odisnei Antônio Béga, Róridan Penido Duarte, Celina Martins Ramalho, Felipe Macedo de Holanda, Antonio Corrêa de Lacerda, Dércio Garcia Munhoz, José Luiz Pagnussat, Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado, Sidney Pascoutto da Rocha, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado e Jin Whan Oh.

**Superintendência**

Dentro das funções da Superintendência estão o acompanhamento e apoio às Comissões para garantir que as metas destas sejam atingidas; o acompanhamento do orçamento e dos projetos do Cofecon; e assegurar o atendimento ao Sistema Cofecon/Corecon.

Entre os trabalhos realizados em 2016, destaca-se a mudança para a nova sede, que foi inaugurada em dezembro de 2015, na gestão do presidente Paulo Dantas da Costa, após a cessão do espaço pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU). No entanto, a mudança de toda a estrutura ocorreu em janeiro de 2016.

Além do transporte e organização de móveis e equipamentos, foi necessário assegurar o perfeito funcionamento de toda a estrutura de informática, telefonia, segurança e novos equipamentos em geral, visto que o imóvel havia passado por uma grande reforma. Todas as etapas foram vencidas durante o ano, de acordo com a complexidade de cada uma delas, o que demandou a utilização de reservas financeiras do Cofecon que não estavam previstas inicialmente no orçamento.

A nova estrutura traz mais conforto aos funcionários e conselheiros federais e permite melhor execução das atividades-fim do Conselho. O espaço também permite uma maior interação dos conselheiros federais com a equipe técnica já que ficam todos reunidos em um mesmo local. Todas as reuniões e debates podem ser realizados no local, incluindo as Sessões Plenárias, que antes ocorriam em espaços alugados.

Outra conquista foi a aquisição de equipamento próprio de sonorização, o que deixou a nova sede completa para a realização de eventos, tornando-se referência no Sistema Cofecon/Corecons.

**Procuradoria Jurídica**

Procuradoria Jurídica do Conselho Federal de Economia é responsável pelo tratamento de demandas jurídicas e administrativas da Autarquia, assim como por representar os interesses do Conselho nas esferas judiciais e extrajudiciais perante os Poderes Públicos, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico.

Além disso, o setor lida com matéria jurídica de média ou grande complexidade, seja mediante pareceres opinativos, seja mediante despachos envolvendo matérias e questões eminentemente de cunho jurídico, elaboração de pareceres, prestação de auxílio aos Conselhos Regionais de Economia e aos demais setores do Cofecon.

A Procuradoria Jurídica também acompanha e atua nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão Permanente de Licitação.

Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto às Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, a participação nas reuniões, o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelo Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, bem como a

atuação junto a todos os eventos previstos no Regimento Interno do Conselho Federal de Economia que são realizados durante o ano.

Quanto aos trabalhos desempenhados durante o exercício de 2016 pela Procuradoria, destacam-se a atuação em vários processos judiciais que tramitam nas diversas esferas e instâncias do Poder Judiciário, em especial perante a primeira e a segunda instâncias da Justiça Federal e da Justiça Trabalhista.

No âmbito da Justiça do Trabalho, esta Procuradoria atuou em 07 (sete) processos. De tais processos, tem-se duas Ações Cíveis Públicas, sendo que uma relaciona-se à contribuição sindical e outra ao plano de saúde dos funcionários da Autarquia, as quais tiveram, até o presente momento, provimento jurisdicional favorável a este Conselho. Além de tais ações coletivas, tem-se quatro Reclamações Trabalhistas relacionadas a suposto desvio de função e assédio moral, sendo que em três esta Autarquia obteve sucesso no que tange à não configuração de desvio de função, restando sucumbente apenas no que toca a ocorrência de assédio moral, ao passo que a outra demanda ainda se encontra pendente de julgamento. Por fim, a última demanda trabalhista tratada se relaciona à execução de decisão judicial proferida no bojo da ação envolvendo o espólio de ex-empregado.

No âmbito da Justiça Federal, este Setor Jurídico atuou em 10 (dez) processos dos mais variados assuntos, porém, pode-se destacar a Ação Cautelar proposta pelo Corecon/SP em face deste Cofecon e os Mandados de Segurança afetos às eleições ocorridas no âmbito dos Regionais, além da Ação Civil Pública envolvendo impugnação de edital de concurso público, bem como os Mandados de Segurança impetrados por aprovados em concurso público fora do número de vagas realizado no âmbito do Sistema Cofecon/Corecon.

Ademais, acompanhou o andamento de todos os demais processos em que o Conselho Federal de Economia figura como parte interessada ou como *amicus curiae*, especialmente na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e na Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) que tratam do Regime Jurídico Único no âmbito dos Conselhos das Profissões Regulamentadas, as quais tramitam no Supremo Tribunal Federal, bem como na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

Além disso, a Procuradoria ainda atuou em 6 (seis) processos éticos: 1 (um) oriundo do Corecon-MT; 1 (um) oriundo do Corecon-AM e 4 (quatro) oriundos do Corecon-RS.

Quanto às demandas de origem interna do COFECON, a Procuradoria procedeu à análise de inúmeros processos, seja envolvendo licitações e contratos da Autarquia, seja processos administrativos em geral, e ainda os provenientes dos Corecons para análise de recurso.

Foram analisados ao todo 75 (setenta e cinco) processos que dizem respeito aos pedidos de cancelamento de registro de pessoas físicas e jurídicas; 83 (oitenta e três) processos de remissão de débitos; 2 (dois) processos de suspensão de registro; 49 (quarenta e nove) processos de falecimento de economistas; 43 (quarenta e três) processos referentes ao exercício ilegal da profissão; 28 (vinte e oito) análises de dossiês eleitorais; 2 (dois) processos de homologação de Regimento Interno de Conselhos Regionais; 31 (trinta e um) processos de análise de pedidos de apoio financeiro provenientes dos Conselhos Regionais, 45 (quarenta e cinco) ofícios, além de inúmeras consultas formuladas tanto pelos Regionais, quanto pelos demais setores do Cofecon.

Por fim, foram analisados 93 (noventa e três) processos oriundos do Setor de Licitações e Compras.

#### **Coordenação de Apoio ao Sistema**

A Coordenação de Apoio ao Sistema é responsável por prestar apoio administrativo e técnico aos Conselhos Regionais de Economia e ao Plenário do Cofecon, incluindo as Comissões de Trabalho e Grupo de Trabalho do Cofecon. No ano de 2016 essa coordenação foi responsável pela organização de 7 (sete) Sessões Plenárias, bem como prestou todo suporte administrativo para realização do XXII Prêmio Brasil de Economia e VI Gincana Nacional de Economia. Destaca-se o suporte administrativo à Comissão Organizadora do XXV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia.

A Coordenação também trabalhou junto à Comissão de Modernização e Qualidade da Gestão para implementar as eleições eletrônicas no Sistema Cofecon/Corecons que ocorreu nos dias 27 a 31 de outubro.

Economistas de 25 estados puderam eleger seus novos representantes por meio do portal [www.votaeconomista.org.br](http://www.votaeconomista.org.br). Participaram do projeto os Corecons dos estados de Alagoas, Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará/Amapá, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

No ano de 2016, o setor foi responsável por responder 758 (setecentos e cinquenta e oito) questionamentos dos Corecons e da sociedade, e 4.186 (quatro mil, cento e oitenta e seis) atualizações cadastrais de CPF e CNPJ junto ao banco de dados da Receita Federal (Serpro).

Nesse setor, tramitam os processos administrativos inerentes ao registro profissional (177 processos apreciados) e solicitações de auxílio financeiro (26 processos aprovados, perfazendo R\$ 291.577,89 o valor concedido para os eventos do sistema e relacionados). O detalhamento dos auxílios financeiros concedidos encontra-se no item 1.9 deste Relatório.

São lotados na Coordenação de Apoio ao Sistema os seguintes funcionários: Superintendente: Aline Tales Ferreira; Secretaria: Assessora I Jane Lopes da Silva; Assessora II Thiara de Oliveira Lima e Estagiária Laís Umbelino Ferreira; Apoio Administrativo: PST – Assistente Administrativo: Lilian de Souza Barbosa; Daniel Nunes de Oliveira e Danielle Costa Barbosa; Serviços Administrativos: Supervisora de Recepção e Serviços Gerais Edna Barroso Machado, Estagiárias Flávia Eyllin Silva Coutinho e Nathália Gabriely dos Santos; Assessoria Econômica: Assessora I – Economista: Maria Aparecida Carneiro; Comunicação: PAE – Jornalista: Manoel Castanho, Assessora I: Natália Lepsch Kenupp Batista e Assessor III: Júlio César Poloni de Góes.

#### **Coordenação de Gestão**

A Coordenação de Gestão tem, dentre suas atribuições, a função de participar interativamente no processo de planejamento das ações necessárias ao cumprimento dos objetivos institucionais, relativamente à gestão administrativa e financeira do Cofecon e dos Corecon's. Integram à Coordenação de Gestão os Setores de Compras e Licitações e Tecnologia da Informação, cujas principais atividades realizadas no exercício de 2016 estão descritas nos seguintes itens deste relatório: 2.3 - Processamento de informações e 2.5 Compras e Licitações.

Destaca-se a atuação do Setor de Contabilidade, responsável pela contabilidade interna do Cofecon, bem como por prestar suporte à Comissão de Tomada de Contas, a qual analisou 149 (cento e quarenta e nove) processos no exercício de 2016.

São lotados na Coordenação de Gestão: Licitações: Supervisor de Processos Licitatórios João Henrique Vieira Costa, PST- Assistente Administrativo Ana Claudia Ramos Pinto Setor de Contabilidade: PAE – Contador: Antônio Tolentino; PST – Técnico em Contabilidade: José Luiz Pereira Barboza Barbosa; Setor de Tecnologia da Informação: Assessor II de Tecnologia da Informação: Fernando Athaide N. Filho, Assessor III de Tecnologia da Informação Alexandre Café Rodrigues e PST – Técnico de Informática: Danyel Willian Santos Teófilo.

**SEÇÃO 3 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL**

<p><b>3.1.</b></p>	<p><b>Planejamento Organizacional:</b></p> <p><b>MISSÃO:</b> Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.</p> <p><b>VISÃO:</b> Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.</p> <p>As ações do COFECON durante o exercício de 2016 tiveram como foco os seguintes eixos estruturantes:</p> <p>I – Legislação  II – Fiscalização e Cobrança  III – Planejamento Estratégico  IV – Fortalecimento Institucional e Valorização Profissional  V – Aperfeiçoamento da estrutura física, administrativa e financeira do COFECON</p>
<p><b>3.1.1.</b></p>	<p><b>Descrição sintética dos objetivos do exercício</b></p> <p>I. LEGISLAÇÃO</p> <p>a) Atualização da Lei nº 1.411/51 que dispõe sobre a profissão do economista;</p> <p>Por meio de esforços conjuntos, o Sistema Cofecon/Corecon envidou as ações necessárias para reverter o arquivamento do Projeto de Lei nº 658/2007, visando à atualização da Lei nº 1.411/1951, que nos termos do artigo 332 do Regimento do Senado foi encaminhado ao arquivo por ultrapassar duas legislaturas em tramitação sem conclusão. Após desarquivamento do Projeto de Lei em referência, o Cofecon continuou as tratativas com os Conselhos Federais de Contabilidade e de Administração, os quais manifestaram discordância em relação a algumas atividades privativas dos economistas.</p> <p>b) Atualização da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista:</p> <p>Atualização gradativa dos dispositivos da Consolidação da Legislação do Economista, atividade conduzida pela Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar do COFECON.</p> <p>c) Agenda Parlamentar:</p> <p>Acompanhamento de outros projetos de interesse da categoria, por meio da presidência e da Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar.</p>

## II. FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA

### a) Convênio com o Ministério do Trabalho para acesso aos dados da RAIS:

Renovação do convênio firmado com o Ministério do Trabalho para continuidade do acesso às informações identificadas da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, em especial as relativas aos empregadores que tenham declarado relação com economistas e outros desdobramentos.

### b) Cobrança da Dívida Ativa:

A Dívida Ativa resulta do controle dos cadastros de pessoas físicas e jurídicas registradas e também dos trabalhos de Fiscalização. Nesse sentido, o COFECON buscou reverter, nas instâncias superiores do Poder Judiciário, a atual tendência dos juizados de primeira instância em não reconhecer o poder de fiscalização outorgado aos Regionais pela legislação vigente. Um instrumento de reforço no processo de cobrança dos Regionais é o protesto das Certidões de Dívida Ativa – CDA's, nos termos da Lei nº 9.492, de 10/09/1997. Tal possibilidade foi aprovada durante o XXIV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia após iniciativas exitosas dos CORECONS da Bahia e de Pernambuco. O COFECON normatizou a matéria por meio da Resolução nº 1.924 que inclui dispositivos no Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecon, aprovado pela Resolução nº 1.853/2011, para contemplar a possibilidade de protesto das CDA's nos termos da Lei nº 9.492, de 10/09/1997.

### c) Programas de Recuperação de Créditos

No intuito de reduzir o quadro de inadimplência existente no Sistema Cofecon/Corecon e tendo em vista o êxito obtido por Conselhos Regionais que aderiram ao mesmo, foi instituído em 2016 o V Programa de Recuperação de Créditos, autorizando os Corecons a promoverem conciliações com os devedores da entidade. Sua vigência foi prorrogada até 30 de dezembro de 2016.

Desta maneira, nos Regionais que aderiram aos Programas, os economistas que possuíam débitos puderam parcelá-los (em um máximo de 30 vezes, com parcelas de no mínimo cem reais), bem como obter descontos sobre o valor da multa e juros, a critério de cada Corecon.

### d) Cadastro Nacional de Peritos

Um dos maiores projetos levados a cabo pelo Conselho Federal de Economia em 2016 foi a criação do Cadastro Nacional de Peritos. Sua necessidade foi dada pela entrada em vigor do novo Código de Processo Civil Brasileiro, cujo artigo 156 dispõe que “o juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico”. Os dois primeiros parágrafos do artigo determinam que os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos

técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro. Para formá-lo, os tribunais deverão fazer uma consulta pública na internet ou em jornais de grande circulação, além da consulta direta a outros órgãos entre eles, cita-se os “conselhos de classe”, como o Cofecon.

O trabalho foi iniciado com a publicação da Resolução 1.951, criando o Cadastro Nacional de Peritos de Economia e Finanças (CNPEF). Após a superação de algumas dificuldades técnicas que impediram seu lançamento com anterioridade, o CNPEF foi disponibilizado ao público no dia 14 de dezembro.

O sistema funciona como um banco de dados que reúne informações profissionais de economistas que trabalham na área e servirá como ferramenta de consulta do Judiciário ao buscar profissionais capacitados. O cadastro é feito inteiramente pela internet, no site [www.cofecon.org.br/cnpef](http://www.cofecon.org.br/cnpef), e pode ser feito pelos economistas que estiverem em dia com o respectivo Conselho Regional de Economia. Após inserir previamente algumas informações, o economista deverá informar seus dados profissionais e poderá inserir, caso desejar, foto e certificados que comprovem sua condição de perito.

Tanto a perícia como a mediação e arbitragem contribuem para a solução de conflitos no meio jurídico. O economista atuando como perito é responsável por elaborar um trabalho técnico-científico para analisar as possíveis causas que deram origem às questões econômico-financeiras. O profissional pode atuar como perito do juízo ou assistente técnico de uma das partes. Ganha o Poder Judiciário, uma vez que o Cadastro dá mais transparência à prestação do serviço de perícia; ganha a sociedade, com a garantia de que a perícia será realizada por profissionais devidamente habilitados; e ganham os profissionais registrados no Sistema Cofecon/Corecons.

e) Fiscalização de editais de concursos públicos:

O Sistema Cofecon/Corecon tem atuado, e deve continuar atuando, no sentido de fiscalizar e impugnar editais de concursos públicos que não respeitam o campo de atuação do economista. Verifica-se, entretanto, o insucesso em reiteradas demandas no judiciário, fato que parece ocorrer em decorrência da fragilidade da Lei nº 1.411/1951 que carece da atualização já referida inicialmente.

### III. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO COFECON

a) Avaliação de Gestão:

Atualmente as organizações têm se empenhado em modernizar suas práticas de gestão e tal movimentação tem trazido grandes resultados, desde o fomento ao estabelecimento de ambientes participativos e produtivos, até a ampliação efetiva de ganhos financeiros. Diante do cenário exposto, o

Conselho Federal de Economia, consoante seus objetivos estratégicos, na busca da otimização das ações do Sistema, pretende instituir instrumentos que possibilitem a avaliação do desempenho das unidades Regionais, com base em parâmetros a ser definidos pela Comissão de Planejamento Estratégico.

b) Processo Eleitoral Eletrônico:

A realização de eleições eletrônicas para escolha dos conselheiros regionais representou um marco de modernidade na história do Conselho Federal de Economia. O novo método está garantindo mais segurança ao processo eleitoral e o tornou mais democrático e legítimo, fortalecendo a representatividade da categoria.

As eleições eletrônicas ocorreram nos dias 27 e 31 de outubro de 2016. Por meio do portal Vota Economista, criado exclusivamente com esta finalidade, economistas de 25 estados e do Distrito Federal elegeram os conselheiros e delegados dos Conselhos Regionais de Economia. Nos demais estados, os economistas votaram de forma tradicional – presencial ou por correspondência – conforme decisão dos respectivos Regionais.

O Grupo de Trabalho responsável pela operacionalização das eleições eletrônicas do Conselho Federal de Economia (Cofecon e formado pelos conselheiros federais Odisnei Antônio Béga (coordenador do grupo), Paulo Ponzini e Antônio Melki Júnior.

O sistema democratiza a votação ao ampliar a possibilidade de participação dos economistas brasileiros. O procedimento eleitoral tem uma modelagem de ponta em termos tecnológicos, também utilizado por outros sistemas de órgãos profissionais. O modelo foi desenvolvido pela companhia espanhola Sctyl Innovating Democracy e ainda contou com uma auditoria externa para garantir a segurança do processo. Por mais seguro que seja o sistema, é indispensável que se realize uma auditoria que legitime todo o processo. Nas eleições do Sistema Cofecon/Corecons, esse papel coube à empresa The Perfect Link. A empresa analisou os procedimentos, estabelece diagnósticos, propõe adequações e acompanha todos os processos da eleição.

Representantes das comissões eleitorais dos estados participantes estiveram no ato de encerramento das eleições, no dia 31 de outubro, para acompanhar a apuração dos votos.

#### IV. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

a) Disseminação da Técnica Econômica:

É pretensão que no mundo econômico o COFECON se torne uma referência como uma instituição

isenta, apartidária, mas imbuída do necessário espírito crítico, capaz de apontar os riscos e os novos desafios que se apresentam. Tais atividades são desenvolvidas principalmente pela Comissão de Análise de Política Econômica – CAPE.

b) Revista Economistas:



A revista Economistas manteve sua tiragem de 10 mil exemplares, mas passou a ser trimestral, com edições publicadas em março, junho, setembro e dezembro. Durante o ano foram iniciadas discussões sobre a possibilidade de aumento de tiragem da revista com o objetivo de entregá-la a todos os economistas registrados. Para viabilizar esse projeto, levantou-se a possibilidade de buscar patrocínios para a publicação, por meio de anúncios, o que terá continuidade em 2017 com a possível contratação de um representante comercial.

c) Campanha do Dia do Economista:

Tendo em vista que o processo licitatório para contratação de agência de publicidade ainda não havia sido concluído às vésperas do Dia do Economista, uma vez que foram interpostos diversos recursos pelas empresas licitantes, e que durante o ano os Conselhos Regionais promoveram ações nas escolas para despertar o interesse dos estudantes pelo curso de Economia, o Cofecon repetiu a campanha “Vamos Falar de Amor”, desenvolvida em 2015. Foram enviados folders e cartazes aos Regionais e solicitado a realização de palestras em escolas de Ensino Médio ao longo do segundo semestre para aprofundar o conteúdo, com informações sobre o curso de Ciências Econômicas e a carreira de economista, destacando as diversas possibilidades de atuação no mercado de trabalho. Os vídeos da campanha ficaram disponíveis no canal do Cofecon no Youtube e também no site da autarquia.

A campanha voltada aos economistas contou com envio de e-mail marketing e divulgação do vídeo institucional no site e redes sociais.

d) Inserção do Cofecon na mídia nacional:

Como resultado do fortalecimento da assessoria de imprensa, foram veiculadas 1.465 notícias que citaram o Cofecon durante o ano de 2016, com média mensal de 122 inserções, sendo 960 na web, 273 em veículos impressos, 149 em televisão e 83 em rádio.

Em 2016, as redes sociais foram parte fundamental da estratégia de publicização dos trabalhos do Sistema Cofecon/Corecons e divulgação de eventos, projetos, campanhas e Notas Oficiais. O Facebook do Cofecon encerrou o ano com 9.928 seguidores (aumento de 88%). As Notas Oficiais, a revista Economistas e as notícias sobre os debates promovidos pelo Conselho tiveram grande repercussão na plataforma. Assim, ampliou-se o acesso dos economistas ao trabalho desenvolvido pela autarquia. Destaque para a nota "Cofecon diz não à PEC 241/55", com 81.756 pessoas alcançadas no Facebook, 1.500 interações (curtidas, comentários, cliques e compartilhamentos) e 498 mil acessos no site; e para a divulgação da edição de dezembro da revista Economistas, com 90.655 pessoas alcançadas e 2.887 interações.

A plataforma de vídeos Youtube foi mais uma das redes utilizadas pela Assessoria de Comunicação do Cofecon, com publicação de vídeos de entrevistas, eventos, campanhas e debates promovidos pelo Sistema. O canal tem 52 vídeos, 142 pessoas inscritas e 7.479 visualizações.

e) Desafio quero ser Economista

A primeira edição do Desafio Quero Ser Economista aconteceu de 26 de setembro a 31 de outubro, e contou com a participação de 430 pessoas de 20 estados e do Distrito Federal. O jogo, realizado na página "Quero ser economista", no Facebook, é uma iniciativa do Conselho Federal de Economia (Cofecon), com o objetivo de introduzir conceitos econômicos básicos ao campo de conhecimento de estudantes do Ensino Médio, apresentar a profissão de economista e a atuação desses profissionais no mercado de trabalho.

No período compreendido entre o início da divulgação do Desafio e a conclusão do projeto, a página "Quero ser economista" ganhou 2.477 novos seguidores. Os posts do jogo alcançaram, ao todo, mais de 538 mil pessoas e tiveram aproximadamente 36 mil interações (curtidas, comentários e compartilhamentos). Tais números levam à conclusão de que a iniciativa do Cofecon, além de ter uma satisfatória adesão por parte dos estudantes, alcançou uma grande visibilidade em território nacional.

Após o término da competição, a página "Quero ser economista" continua ativa e oferece um conteúdo didático sobre a economia, com links de matérias, dicas de leitura, definições e conceitos da área. O Desafio ajudou a atrair jovens internautas a esse espaço, para que tenham acesso a conteúdos

econômicos educativos permanentemente.

Assim, o Conselho promove, junto à população jovem, a sadia mentalidade econômica, por meio da disseminação de informações relevantes sobre a área, e cumpre um de seus objetivos estratégicos: ampliar a participação de estudantes e bacharéis em economia no Sistema Cofecon/Corecons

f) Materiais Institucionais:

Além dos materiais institucionais produzidos para a campanha do Dia do Economista, o Prêmio Brasil de Economia e a Gincana Nacional de Economia, neste ano foram produzidos dois folders sobre Quero ser Economista.

g) XXV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia:

A cidade de Natal recebeu, de 31 de agosto a 3 de setembro, o XXV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE), evento que recebeu mais de 300 economistas.

Após dois dias de intensas discussões, os três grupos de trabalho apresentaram na Plenária de Encerramento as propostas que foram discutidas e avaliadas pelos delegados dos Conselhos Regionais de Economia, um total de 141 pessoas cadastradas nesta edição do Simpósio.

O Grupo de Trabalho 1 – Formação, Aperfeiçoamento Profissional e Mercado de Trabalho do Economista, coordenado pela presidente do Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul (Corecon-RS), recebeu 12 propostas. Entre as aprovadas, está a parceria entre Corecon-PR e o Cofecon para desenvolver projeto piloto de Mediação e Arbitragem. Já o Grupo 2 tratou do Aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons, coordenado pelo presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ), José Lutterbach. Ao todo, 13 propostas foram enviadas pelos Regionais, tendo entre as aprovadas a criação de um Cadastro Nacional com informações básicas sobre os profissionais e empresas registrados nos Corecons.

Por fim, o Grupo de Trabalho 3 concentrou as discussões em Estrutura, Conjuntura Econômica, Política e Social do Brasil, as quais foram coordenadas pelo conselheiro federal Róridan Duarte. Seis propostas foram enviadas pelos Regionais e aprovou-se a defesa da redução gradativa da taxa Selic como mecanismo de retomada do crescimento econômico e redução da recessão nacional. Após as propostas foi apresentada, votada e aprovada uma Carta sobre conjuntura econômica e política do País.

h) XXI Prêmio Brasil de Economia:

Na noite de abertura do XXV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia foi realizada a entrega do XXI Prêmio Brasil de Economia. Concorreram trabalhos acadêmicos em cinco diferentes categorias:

monografia de graduação, artigo técnico ou científico, dissertação de mestrado, tese de doutorado e livro de economia. Ao todo, foram entregues R\$ 45 mil em prêmios.

i) V Gincana Nacional de Economia

A Gincana aconteceu durante os dois últimos dias do XXV SINCE, que aconteceu em Natal-RN, de 31 de agosto a 02 de setembro. O evento é uma competição virtual entre universitários, que tem o objetivo de preparar os estudantes para o mercado de trabalho e enxergar a Economia de uma forma mais prática.

A sexta edição da Gincana contou com a participação de 30 duplas de vários estados brasileiros. A premiação aconteceu na cerimônia de encerramento do XXV Since. As três melhores duplas ganharam cheques de R\$ 3,6 mil, R\$ 2,4 mil e R\$ 1,2 mil, respectivamente.

j) Personalidade Econômica e Destaque Econômico do Ano:

O economista Otaviano Canuto, diretor executivo do Banco Mundial para o Brasil e outros oito países, ganhou a condecoração de Personalidade Econômica do Ano, entregue na noite de 31 de agosto. Este é um reconhecimento dos economistas que contribuíram para o desenvolvimento da Ciência Econômica e da profissão de economista nas vertentes teórica ou aplicada, com destaque no cenário nacional ou internacional, nas áreas do conhecimento científico, educacional, cultural e profissional.

Na mesma noite foi entregue o prêmio Destaque Econômico. Na modalidade Academia, Paulo Sérgio Fracalanza representou a Universidade de Campinas (Unicamp). O editor-executivo do jornal Valor Econômico, Pedro Cafardo, recebeu a homenagem na categoria Mídia em nome do veículo de comunicação. Representando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o coordenador de Contas Nacionais, Roberto Luis Olinto Ramos, obteve a honraria na modalidade Desempenho Técnico.

O economista José Santana da Costa também foi homenageado em reconhecimento às suas relevantes contribuições à Ciência Econômica e ao trabalho em prol da categoria dos economistas.

k) X Encontro de Entidades de Economistas da Amazônia Legal – ENAM:

Nos dias 19 a 21 de maio realizou-se em Manaus o X Encontro de Entidades de Economistas da Amazônia Legal, tendo como tema "Questões Fronteiriças e o Desenvolvimento da Amazônia". Questões fundiárias, ambientais, indígenas e de desenvolvimento regional fizeram parte da pauta de debates, além de discussões sobre a formação dos economistas e o aproveitamento das oportunidades no cenário de crise.

l) XX I Encontro de Economistas da Região Sul:

Foi realizado nos dias 04 e 06 de agosto de 2016, em Florianópolis. Entre os destaques, estiveram as

discussões em torno de temas como: os impactos econômicos decorrentes da integração das economias dos países do Cone Sul; e os desafios e oportunidades para as economias dos estados do Sul do Brasil.

m) V Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste:

Foi realizado nos dias 15 a 17 de junho, em Parnaíba-PI. O evento, realizado pelo Conselho Regional de Economia do Piauí (Corecon-PI), discutiram “O protagonismo do Nordeste para o desenvolvimento do Brasil no século XXI: diagnósticos, iniciativas e estratégias para o futuro”. A programação contou com palestras, debates e workshops. Ao final do evento, os Conselhos Regionais de Economia da Região Nordeste divulgaram a Carta de Parnaíba, documento que expressa as principais conclusões a que se chegou nos profícuos debates em torno da temática do evento

n) VI Encontro de Economistas da Região Sudeste

Sob o tema central “Agenda para o Brasil Sair da Crise”, o Encontro ofereceu palestras com profissionais renomados de diferentes áreas, nos dias 11 e 12 de agosto. Os temas pautados vão desde os mais polêmicos, como as reformas da Previdência e Tributária, até aqueles considerados estratégicos: qualidade do gasto público, endividamento e desindustrialização, competitividade e comércio exterior.

o) Debate “Crise Fiscal, Gastos com juros da Dívida Pública e Auditoria da Dívida”

O Cofecon, junto ao Corecon-DF e ao Sindicato dos Economistas do Distrito Federal, realizou no dia 8 de abril, em Brasília-DF, o debate “Crise Fiscal, Gastos com Juros da Dívida Pública e Auditoria da Dívida”. O evento ocorreu no auditório da Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF) e contou com a participação de economistas, estudantes de economia e demais interessados no assunto.

p) Fórum dos Presidentes dos conselhos de economia da América latina e Caribe

Dirigentes dos conselhos e entidades de economia da América Latina e Caribe se reuniram após o encerramento do seminário internacional "Modelos de Desenvolvimento para a América Latina e Caribe". O encontro ocorreu no dia 29 de novembro, no Rio de Janeiro-RJ, e serviu para colocar em discussão as próximas ações que o grupo pretende realizar em conjunto. O presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, representou a autarquia na reunião.

q) Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil

A campanha foi uma das principais diretrizes de trabalho do Cofecon no ano de 2016. A autarquia discutiu o tema com diversas instituições que foram convidadas a integrar a iniciativa e estabeleceu,

conjuntamente, cinco eixos de atuação: reforma tributária; preservação e ampliação dos direitos sociais; políticas públicas de valorização do trabalho; foco na educação; e destinação do orçamento para atender prioritariamente as demandas sociais

Entre as instituições que participaram das discussões, ocorridas na sede do Cofecon, em Brasília-DF, nos dias 20 de outubro e 18 de novembro, estão: Auditoria Cidadã da Dívida; Central Única dos Trabalhadores (CUT); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Comitê de Oxford para o Auxílio contra a Fome (Oxfam Brasil); Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (ANFIP); Confederação Nacional do Transporte (CNT); Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Federação Nacional dos Economistas (Fenecon); Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); e Central Sindical e Popular Conlutas.

- r) Consulta nacional sobre modificações legais que privilegiam o grande capital em detrimento do bem-estar social

Entre as instituições que participaram das discussões, ocorridas na sede do Cofecon, em Brasília-DF, nos dias 20 de outubro e 18 de novembro (foto abaixo), estão: Auditoria Cidadã da Dívida; Central Única dos Trabalhadores (CUT); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Comitê de Oxford para o Auxílio contra a Fome (Oxfam Brasil); Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (ANFIP); Confederação Nacional do Transporte (CNT); Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Federação Nacional dos Economistas (Fenecon); Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); e Central Sindical e Popular Conlutas.

- s) Sessões Plenárias

**669ª Sessão Plenária** Resolução nº 1.949: dispõe sobre o Regulamento do XXII Prêmio Brasil de Economia. Resolução nº 1.950: aprova o Regulamento da VI Gincana Nacional de Economia - 2016. Deliberação nº 4.845: altera o Normativo de Pessoal: Cargos de Livre Provisão do Conselho Federal de Economia. Deliberação nº 4.846: não homologa processo contábil apreciado na 669ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia. Deliberação nº 4.847: homologa os processos administrativos apreciados na 669ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de

Economia.

**670ª Sessão Plenária** Resolução nº 1.951: dispõe sobre o Cadastro Nacional de Peritos de Economia e Finanças (CNPEF) do Conselho Federal de Economia (COFECON) e dá outras providências. Deliberação nº 4.848: homologa o Dossiê Eleitoral referente ao Processo Eleitoral Extraordinário do Conselho Regional de Economia da 14ª Região - MT. Deliberação nº 4.849: homologa processos contábeis apreciados na 670ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia. Deliberação nº 4.850: homologar os processos administrativos apreciados na 670ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia. Deliberação nº 4.851: institui novo Normativo de Pessoal: Cargos e Funções de Livre Provisamento do Conselho Federal de Economia.

**671ª Sessão Plenária** Resolução nº 1.952: cria o V Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecons, autoriza os Conselhos Regionais de Economia a aderirem ao mesmo e promoverem conciliações com os devedores da entidade e dá outras providências. Resolução nº 1.953: Prorroga o prazo para inscrições no XXII Prêmio Brasil de Economia - XXII PBE. Resolução nº 1.954: aprova o regramento relativo ao procedimento eleitoral do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Economia, revoga a Resolução nº 1.865/2011, a Resolução nº 1.922/2014 e demais disposições em contrário. Resolução nº 1.955: aprova o calendário para a realização do processo eleitoral por meio de sistema eletrônico no exercício de 2016, e dá outras providências. Deliberação nº 4.852: corrige os valores das Tabelas Salariais do Plano de Cargos e Salários - PCS e Gratificações dos cargos de livre provimento. Deliberação nº 4.853: concede auxílio financeiro ao Corecon-SC para realização do XXI Encontro de Economistas da Região Sul (Enesul). Deliberação nº 4.854: homologa processos contábeis apreciados na 671ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia. Deliberação nº 4.855: homologa os processos administrativos apreciados na 671ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia. Deliberação nº 4.856: homologa os processos administrativos apreciados na 671ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

**672ª Sessão Plenária** Resolução nº 1.956: dispõe sobre o Desafio Quero Ser Economista. Resolução nº 1.957: acrescenta os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º ao artigo 9º do Modelo de Regimento Interno dos Conselhos Regionais de Economia, aprovado pela Resolução nº 1.837/2010. Resolução nº 1.958: acrescenta e altera dispositivos na Resolução nº 1.951/2016, que dispõe sobre o Cadastro Nacional de Peritos de Economia e Finanças (CNPEF) do Conselho Federal de Economia (COFECON). Deliberação nº 4.857: homologa os resultados do XXII Prêmio Brasil de Economia-2016. Deliberação nº 4.858: homologa processos contábeis apreciados na 672ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho

Federal de Economia. Deliberação nº 4.859: homologa os processos administrativos apreciados na 672ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.

**673ª Sessão Plenária** Resolução nº. 1959: fixa os valores das anuidades, bem como dos emolumentos e multas devidos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos de Economia para o exercício de 2017 e dá outras providências. Resolução nº 1.960: altera dispositivos do Manual de Arrecadação do Sistema COFECON/CORECONS, aprovado pela Resolução nº 1.853, de 28 de maio de 2011 e alterações posteriores. Resolução nº 1.961: prorroga até 30 de dezembro de 2016 os efeitos da Resolução 1.952, de 26 de abril de 2016, que cria o V Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecon. Deliberação nº 4.860: julga “ad referendum” do Plenário do Cofecon, recurso interposto contra decisão plenária do Corecon/SP, a qual julgou decisão da Comissão Eleitoral, que deferiu impugnação de candidatura em processo eleitoral. Deliberação nº 4.861: homologa processos contábeis apreciados na 673ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia. Deliberação nº 4.862: homologa os processos administrativos apreciados na 673ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia. Deliberação nº 4.863: homologa a decisão do Plenário do Conselho Regional de Economia da 9ª Região – PA/AP, que concedeu a exclusão de juros e multas da anuidade de 2016 aos Economistas do Amapá que não receberam os boletos para pagamento. Deliberação nº 4.864: conhece e dá provimento ao recurso interposto pelo Economista Carlos Roberto de Castro contra a Deliberação COFECON nº 4.846, de 1º de fevereiro de 2016, para homologar, com ressalvas, a prestação de contas do Conselho Regional de Economia da 14ª Região-MT, referente ao exercício de 2014.

**674ª Sessão Plenária** Deliberação nº 4.865: homologa os resultados da premiação do Desafio Quero Ser Economista. Deliberação nº 4.866: homologa os Dossiês Eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia referentes ao exercício de 2016, considerando as ressalvas constantes dos votos dos conselheiros relatores, quando houver. Deliberação nº 4.867: homologa processos contábeis apreciados na 674ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia. Deliberação nº 4.868: conhece o recurso interposto pela Chapa 02 para no mérito dar-lhe provimento e declarar a nulidade do pleito eleitoral realizado no Corecon-SP nos dias 27 a 31 de outubro de 2016. Determina a realização de Eleição Extraordinária e designa a composição da Comissão Eleitoral. Deliberação nº 4.869: homologa Dossiê Eleitoral do CORECON-AC - 2016.

**675ª Sessão Plenária** Deliberação nº 4.870: homologa processos contábeis apreciados na 675ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia. Deliberação nº 4.871: homologa os processos

administrativos apreciados na 675ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia. Deliberação n.º 4.872: conhece o recurso administrativo apresentado pelo Conselho Regional de Economia da 2ª Região – SP, em face da Deliberação nº 4.868, de 28 de novembro de 2016, para no mérito negar-lhe provimento.

**V. APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA FÍSICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO COFECON**

**a) Nova sede:**

O Conselho Federal de Economia iniciou os trabalhos na sede nova em 2016. A inauguração realizou-se em 11 de dezembro de 2015, pelo presidente Paulo Dantas da Costa. O espaço, localizado no 12º andar do Ed. Palácio do Comércio, foi cedido pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU) em 2014; as obras tiveram início em 2015. A cerimônia de inauguração foi prestigiada por ex-presidentes e ex-vice-presidentes do Cofecon, presidentes dos Conselhos Regionais, conselheiros, economistas e funcionários da autarquia.

**3.2. Formas de monitoramento da execução e resultados dos planos:**

O Cofecon efetua o monitoramento da execução e resultados dos planos por meio das Comissões Permanentes e Temáticas e Grupos de Trabalho desta Autarquia.

3.3

**Desempenho Orçamentário:**

*Conselho Federal de Economia - COFECON*

*CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00*

Página : 1

**Período: Janeiro / 2016 a Dezembro / 2016**

**Balanço Orçamentário**

Contas	Previsão	Execução	Diferença	Contas	Fixação	Execução	Diferença
RECEITAS CORRENTES	6.599.000,00	5.692.711,90	(906.288,10)	DESPESAS CORRENTES	6.309.000,00	6.023.481,95	(285.518,05)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	DESPESAS DE CUSTEIO	6.013.000,00	5.735.206,14	(277.793,86)
RECEITA PATRIMONIAL	298.000,00	316.180,15	18.180,15	TRANSFERENCIAS CORRENTES	298.000,00	288.275,81	(7.724,19)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.638.000,00	5.373.704,56	(264.295,44)				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	663.000,00	2.827,19	(660.172,81)				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	290.000,00	272.660,32	(17.339,68)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	INVESTIMENTOS	290.000,00	272.660,32	(17.339,68)
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
CRÉDITO ADICIONAL	0,00	0,00	0,00				
SUBTOTALS	6.599.000,00	5.692.711,90	(906.288,10)	SUBTOTALS	6.599.000,00	6.296.142,27	(302.857,73)
DÉFICIT	0,00	603.430,37	603.430,37	SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	6.599.000,00	6.296.142,27	(302.857,73)	TOTAIS	6.599.000,00	6.296.142,27	(302.857,73)

BRASILIA, 31 de dezembro de 2016

Econ. Júlio Miragaya  
Presidente  
CPF: 411.815.737-34

Antonio Tolentino  
Contador CRC-DF 5342  
CPF: 057.401.501-91

**3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade:**

Conselho Federal de Economia - COFECON

CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00

Página : 1

Período: Dezembro / 2016

**Balanco Patrimonial**

Ativo		Passivo	
ATIVO FINANCEIRO	1.059.806,66	PASSIVO FINANCEIRO	49.771,42
DISPONIVEL	17.663,73	DÍVIDA FLUTUANTE	49.771,42
CAIXA	0,00	RESTOS A PAGAR	0,00
BANCOS-C/MOVIMENTO	0,00	SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
BANCOS-C/ARRECADÇÃO	17.663,73	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00
DISPONIBILIDADE EM TRÁNSITO	0,00	CONSIGNAÇÕES	49.771,42
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00	CREDORES DA ENTIDADE	0,00
DISPONIVEL VINCULADO EM C/C BANCÁRIA	1.008.879,28	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00
BANCOS-C/VINCULADA APLIC. EM CADENETA DE POUPANÇA	3.913,76	RESULTADO PENDENTE	0,00
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.004.965,52	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	0,00
REALIZÁVEL	8.196,13	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00	DESPESAS IRREGULARES	0,00
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00		
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	8.196,13		
TÍTULOS FEDERAIS	0,00		
ADANTAMENTOS CONCEDIDOS	0,00		
RESULTADO PENDENTE	25.069,52		
DESPESAS A REGULARIZAR	0,00		
DEPOSITOS JUDICIAIS	25.069,52		
ATIVO PERMANENTE	1.781.979,32	PASSIVO PERMANENTE	0,00
BENS PATRIMONIAIS	1.781.979,32	DÍVIDA FUNDADA	0,00
BENS MÓVEIS	644.558,84	DÍVIDA Fundada	0,00
BENS IMÓVEIS	1.135.185,22		
BENS INTANGÍVEIS	2.235,26		
CRÉDITOS	0,00		
DÍVIDA Ativa	0,00		
VALORES	0,00		
TÍTULOS DE EMPRESAS ESTATAIS	0,00		
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA	0,00		
ALMOXARIFADOS	0,00		
OUTROS VALORES	0,00		
SOMA DO ATIVO REAL	2.841.787,98	SOMA DO PASSIVO REAL	49.771,42
SALDO PATRIMONIAL		SALDO PATRIMONIAL	
PATRIMONIO (Passivo Real a Descoberto)		PATRIMONIO (Ativo Real Líquido)	2.792.016,56
<b>Total:</b>	<b>2.841.787,98</b>	<b>Total:</b>	<b>2.841.787,98</b>

BRASÍLIA, 31 de dezembro de 2016

Econ. Júlio Miragaya  
Presidente  
CPF: 411.815.737-34

Antonio Tolentino  
Contador CRC-DF 5342  
CPF: 057.401.501-91

3.3.2.

**Execução descentralizada com transferência de recursos:**

**Conselho Federal de Economia - COFECON**

**CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00**

Página : 1

**Período: Janeiro / 2016 a Dezembro / 2016**

**Balanco Financeiro**

<b>Receita</b>		<b>Despesa</b>	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.692.711,90	DESPEZA ORÇAMENTÁRIA	6.296.142,27
RECEITAS CORRENTES	5.692.711,90	DESPEAS CORRENTES	6.023.481,95
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	DESPEAS DE CUSTEIO	5.735.206,14
RECEITA PATRIMONIAL	316.180,15	TRANSFERENCIAS CORRENTES	288.275,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.373.704,56	DESPEAS DE CAPITAL	272.660,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.827,19	INVESTIMENTOS	272.660,32
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
CRÉDITO ADICIONAL	0,00		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.323.108,88	DESPEZA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.301.046,19
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00	DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00	DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	3.112,22	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	3.112,22
TÍTULOS FEDERAIS	0,00	TÍTULOS FEDERAIS	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.628.870,24	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.599.535,68
DESPESAS A REGULARIZAR	1.378,56	DESPESAS A REGULARIZAR	1.271,20
DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00	DEPOSITOS JUDICIAIS	17.919,26
RESTOS A PAGAR	0,00	RESTOS A PAGAR	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00
CONSIGNAÇÕES	474.618,08	CONSIGNAÇÕES	464.078,05
CREDORES DA ENTIDADE	0,00	CREDORES DA ENTIDADE	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00
DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	2.215.129,78	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	2.215.129,78
DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00
DESPESAS IRREGULARES	0,00	DESPESAS IRREGULARES	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
RECEITA NÃO CLASSIFICADA	0,00	RECEITA NÃO CLASSIFICADA	0,00
PARCELA DE CONVERSÃO MONETÁRIA	0,00	PARCELA DE CONVERSÃO MONETÁRIA	0,00
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.607.910,69	SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.026.543,01
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
BANCOS-C/MOVIMENTO	0,00	BANCOS-C/MOVIMENTO	0,00
BANCOS-C/ARRECAÇÃO	11.215,15	BANCOS-C/ARRECAÇÃO	17.663,73
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00	DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00
BANCOS-C/VINCULADA APLIC. EM CADERNETA DE	3.615,01	BANCOS-C/VINCULADA APLIC. EM CADERNETA DE	3.913,76
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.593.080,53	BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.004.965,52
<b>Total:</b>	<b>11.623.731,47</b>	<b>Total:</b>	<b>11.623.731,47</b>

BRASILIA, 31 de dezembro de 2016

Econ. Júlio Miragaya  
Presidente  
CPF: 411.815.737-34

Antonio Tolentino  
Contador CRC-DF 5342  
CPF: 057.401.501-91

**3.3.3. Informações sobre a realização de receitas:**
**Quadro 2 – Controle de cota-parte dos Conselhos Regionais de Economia – Exercício de 2016**

Regional	Total Receita	Cota 20%
1.7.10.01.01 - Corecon 1ª Região - RJ	5.812.626,69	960.041,01
1.7.10.01.02 - Corecon 2ª Região - SP	9.596.885,81	1.591.188,58
1.7.10.01.03 - Corecon 3ª Região - PE	465.989,63	74.470,20
1.7.10.01.04 - Corecon 4ª Região - RS	1.581.639,85	266.433,21
1.7.10.01.05 - Corecon 5ª Região - BA	1.218.424,41	166.854,91
1.7.10.01.06 - Corecon 6ª Região - PR	1.751.345,94	284.673,95
1.7.10.01.07 - Corecon 7ª Região - SC	658.860,54	115.817,84
1.7.10.01.08 - Corecon 8ª Região - CE	428.948,31	85.679,58
1.7.10.01.09 - Corecon 9ª Região - PA	702.025,23	129.772,62
1.7.10.01.10 - Corecon 10ª Região - MG	1.549.722,61	277.108,88
1.7.10.01.11 - Corecon 11ª Região - DF	1.270.155,52	195.552,46
1.7.10.01.12 - Corecon 12ª Região - AL	220.028,62	42.609,98
1.7.10.01.13 - Corecon 13ª Região - AM	621.797,35	117.749,74
1.7.10.01.14 - Corecon 14ª Região - MT	364.500,40	71.370,62
1.7.10.01.15 - Corecon 15ª Região - MA	355.575,33	58.687,57
1.7.10.01.16 - Corecon 16ª Região - SE	192.519,69	34.935,01
1.7.10.01.17 - Corecon 17ª Região - ES	437.665,67	62.491,34
1.7.10.01.18 - Corecon 18ª Região - GO	503.453,25	91.944,36
1.7.10.01.19 - Corecon 19ª Região - RN	604.333,01	61.775,43
1.7.10.01.20 - Corecon 20ª Região - MS	324.497,98	50.692,75
1.7.10.01.21 - Corecon 21ª Região - PB	*	*
1.7.10.01.22 - Corecon 22ª Região - PI	269.417,59	42.048,55
1.7.10.01.23 - Corecon 23ª Região - AC	*	*
1.7.10.01.24 - Corecon 24ª Região - RO	*	33.481,22
1.7.10.01.25 - Corecon 25ª Região - TO	173.514,13	28.304,38
1.7.10.01.27 - Corecon 27ª Região - RR	*	*
<b>Total</b>	<b>29.289.999,36</b>	<b>4.843.684,19</b>
* Regionais que ainda não apresentaram a prestação de contas 2016		

Conselho Federal de Economia - COFECON  
CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00

Página: 0  
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada

Receita	Orçada	Arrec. Per.	Exercício	Diferença
1.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	6.599.000,00+	5.692.711,90 -	5.692.711,90 -	906.288,10+
1.3.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	298.000,00+	316.180,15 -	316.180,15 -	18.180,15 -
1.3.20.00 - RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	298.000,00+	316.180,15 -	316.180,15 -	18.180,15 -
1.3.20.04 - Caderneta de Poupança	1.000,00+	298,75 -	298,75 -	701,25+
1.3.20.04.01 - Juros e Atualização monetária Caderneta de Poupança	1.000,00+	298,75 -	298,75 -	701,25+
1.3.20.05 - Títulos de Renda - CDB	297.000,00+	315.881,40 -	315.881,40 -	18.881,40 -
1.3.20.05.01 - Juros e atual. monetaria aplicação CDB	297.000,00+	315.881,40 -	315.881,40 -	18.881,40 -
1.7.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.638.000,00+	5.373.704,56 -	5.373.704,56 -	264.295,44+
1.7.10.00 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	5.638.000,00+	5.373.704,56 -	5.373.704,56 -	264.295,44+
1.7.10.01 - Contr. p/ Desenvolvimento das Atividades	5.473.000,00+	5.277.964,51 -	5.277.964,51 -	195.035,49+
1.7.10.01.01 - Corecon 1ª Região - RJ	1.183.000,00+	290.294,18 -	290.294,18 -	892.705,82+
1.7.10.01.01.01 - Corecon 1ª - RJ Cota-parte	1.183.000,00+	260.229,99 -	260.229,99 -	922.770,01+
1.7.10.01.01.02 - Corecon 1ª - RJ Cobrança	0,00+	30.064,19 -	30.064,19 -	30.064,19 -
1.7.10.01.02 - Corecon 2ª Região - SP	1.632.000,00+	1.102,69 -	1.102,69 -	1.630.897,31+
1.7.10.01.02.02 - Corecon 2ª - SP Cobrança	1.632.000,00+	1.102,69 -	1.102,69 -	1.630.897,31+
1.7.10.01.03 - Corecon 3ª Região - PE	70.000,00+	4.079,60 -	4.079,60 -	65.920,40+
1.7.10.01.03.01 - Corecon 3ª - PE Cota-Parte	0,00+	3.944,46 -	3.944,46 -	3.944,46 -
1.7.10.01.03.02 - Corecon 3ª - PE Cobrança	70.000,00+	135,14 -	135,14 -	69.864,86+
1.7.10.01.04 - Corecon 4ª Região - RS	350.000,00+	538,92 -	538,92 -	349.461,08+
1.7.10.01.04.02 - Corecon 4ª - RS Cobrança	350.000,00+	538,92 -	538,92 -	349.461,08+
1.7.10.01.05 - Corecon 5ª Região - BA	210.000,00+	225,20 -	225,20 -	209.774,80+
1.7.10.01.05.01 - Corecon 5ª - BA Cota-Parte	0,00+	225,20 -	225,20 -	225,20 -
1.7.10.01.05.02 - Corecon 5ª - BA Cobrança	210.000,00+	0,00 -	0,00 -	210.000,00+
1.7.10.01.06 - Corecon 6ª Região - PR	303.000,00+	439,63 -	439,63 -	302.560,37+
1.7.10.01.06.02 - Corecon 6ª - PR Cobrança	303.000,00+	439,63 -	439,63 -	302.560,37+
1.7.10.01.07 - Corecon 7ª Região - SC	105.000,00+	614,38 -	614,38 -	104.385,62+
1.7.10.01.07.01 - Corecon 7ª - SC Cota-Parte	0,00+	575,57 -	575,57 -	575,57 -
1.7.10.01.07.02 - Corecon 7ª - SC Cobrança	105.000,00+	38,81 -	38,81 -	104.961,19+
1.7.10.01.08 - Corecon 8ª Região - CE	93.000,00+	217,18 -	217,18 -	92.782,82+
1.7.10.01.08.02 - Corecon 8ª - CE Cobrança	93.000,00+	217,18 -	217,18 -	92.782,82+
1.7.10.01.09 - Corecon 9ª Região - PA	175.000,00+	4.746,91 -	4.746,91 -	170.253,09+
1.7.10.01.09.01 - Corecon 9ª - PA Cota-Parte	0,00+	4.746,91 -	4.746,91 -	4.746,91 -
1.7.10.01.09.02 - Corecon 9ª - PA Cobrança	175.000,00+	0,00 -	0,00 -	175.000,00+
1.7.10.01.10 - Corecon 10ª Região - MG	350.000,00+	5.058,93 -	5.058,93 -	344.941,07+
1.7.10.01.10.02 - Corecon 10ª - MG Cobrança	350.000,00+	5.058,93 -	5.058,93 -	344.941,07+
1.7.10.01.11 - Corecon 11ª Região - DF	233.000,00+	0,00 -	0,00 -	233.000,00+
1.7.10.01.11.02 - Corecon 11ª - DF Cobrança	233.000,00+	0,00 -	0,00 -	233.000,00+
1.7.10.01.12 - Corecon 12ª Região - AL	35.000,00+	71,19 -	71,19 -	34.928,81+
1.7.10.01.12.02 - Corecon 12ª - AL Cobrança	35.000,00+	71,19 -	71,19 -	34.928,81+
1.7.10.01.13 - Corecon 13ª Região - AM	140.000,00+	1.362,20 -	1.362,20 -	138.637,80+
1.7.10.01.13.01 - Corecon 13ª - AM Cota-Parte	0,00+	32,00 -	32,00 -	32,00 -
1.7.10.01.13.02 - Corecon 13ª - AM Cobrança	140.000,00+	1.330,20 -	1.330,20 -	138.669,80+
1.7.10.01.14 - Corecon 14ª Região - MT	35.000,00+	340,01 -	340,01 -	34.659,99+
1.7.10.01.14.02 - Corecon 14ª - MT Cobrança	35.000,00+	340,01 -	340,01 -	34.659,99+
1.7.10.01.15 - Corecon 15ª Região - MA	47.000,00+	934,41 -	934,41 -	46.065,59+
1.7.10.01.15.01 - Corecon 15ª - MA Cota-Parte	0,00+	157,88 -	157,88 -	157,88 -
1.7.10.01.15.02 - Corecon 15ª - MA Cobrança	47.000,00+	776,53 -	776,53 -	46.223,47+
1.7.10.01.16 - Corecon 16ª Região - SE	41.000,00+	64,29 -	64,29 -	40.935,71+
1.7.10.01.16.02 - Corecon 16ª - SE Cobrança	41.000,00+	64,29 -	64,29 -	40.935,71+
1.7.10.01.17 - Corecon 17ª Região - ES	55.000,00+	2.071,17 -	2.071,17 -	52.928,83+
1.7.10.01.17.02 - Corecon 17ª - ES Cobrança	55.000,00+	2.071,17 -	2.071,17 -	52.928,83+
1.7.10.01.18 - Corecon 18ª Região - GO	105.000,00+	383,73 -	383,73 -	104.616,27+
1.7.10.01.18.02 - Corecon 18ª - GO Cobrança	105.000,00+	383,73 -	383,73 -	104.616,27+
1.7.10.01.19 - Corecon 19ª Região - RN	58.000,00+	64.969,27 -	64.969,27 -	6.969,27 -
1.7.10.01.19.02 - Corecon 19ª - RN Cobrança	58.000,00+	64.969,27 -	64.969,27 -	6.969,27 -
1.7.10.01.20 - Corecon 20ª Região - MS	58.000,00+	2.056,60 -	2.056,60 -	55.943,40+
1.7.10.01.20.01 - Corecon 20ª - MS Cota-Parte	0,00+	1.941,62 -	1.941,62 -	1.941,62 -
1.7.10.01.20.02 - Corecon 20ª - MS Cobrança	58.000,00+	114,98 -	114,98 -	57.885,02+
1.7.10.01.21 - Corecon 21ª Região - PB	41.000,00+	212,64 -	212,64 -	40.787,36+
1.7.10.01.21.02 - Corecon 21ª - PB Cobrança	41.000,00+	212,64 -	212,64 -	40.787,36+
1.7.10.01.22 - Corecon 22ª Região - PI	52.000,00+	1.253,59 -	1.253,59 -	50.746,41+
1.7.10.01.22.01 - Corecon 22ª - PI Cota-Parte	0,00+	1.253,59 -	1.253,59 -	1.253,59 -

**3.3.4 Informações sobre a execução de despesas:**

*Conselho Federal de Economia - COFECON*

*CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00*

Página : 1  
Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

**Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada**

<b>Despesa</b>	<b>Orçada</b>	<b>Exec. Per.</b>	<b>Exercício</b>	<b>Diferença</b>
3.1.30.02.14.02 - Manutenção de programas de informática	198.040,00 -	366.425,72+	366.425,72+	168.385,72+
3.1.30.02.15 - Despesas com Hospedagem	22.000,00 -	5.005,00+	5.005,00+	16.995,00 -
3.1.30.02.16 - Material de Distribuição Gratuita	2.000,00 -	794,75+	794,75+	1.205,25 -
3.1.30.02.17 - Assessoria Parlamentar	85.000,00 -	58.999,92+	58.999,92+	26.000,08 -
3.1.30.02.18 - Despesas Com Sessão Plenárias e Eventos	100.000,00 -	153.142,21+	153.142,21+	53.142,21+
3.1.30.02.19 - Reembolso de despesa com plano e seguro saúde	0,00 -	141.757,77+	141.757,77+	141.757,77+
3.1.30.02.20 - Devolução de Cota Parte	0,00 -	238,86+	238,86+	238,86+
3.1.30.02.23 - Serviço de Assistência Odontológica - Prima Vida	0,00 -	7.355,23+	7.355,23+	7.355,23+
3.1.30.02.24 - Auditoria Eletrônica	0,00 -	7.900,00+	7.900,00+	7.900,00+
3.1.30.02.25 - Eleições Voto Eletrônico	0,00 -	192.000,00+	192.000,00+	192.000,00+
3.1.30.02.99 - Serviço de Entrega - Moto Boy	30.000,00 -	4.463,81+	4.463,81+	25.536,19 -
<b>3.1.30.03 - PREMIAÇÕES</b>	<b>73.000,00 -</b>	<b>72.300,00+</b>	<b>72.300,00+</b>	<b>700,00 -</b>
3.1.30.03.01 - Prêmio Brasil de Economia	70.000,00 -	63.000,00+	63.000,00+	7.000,00 -
3.1.30.03.02 - Gincana	3.000,00 -	9.300,00+	9.300,00+	6.300,00+
<b>3.1.90.00 - OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO</b>	<b>200.000,00 -</b>	<b>5.260,09+</b>	<b>5.260,09+</b>	<b>194.739,91 -</b>
3.1.90.01 - Sentenças Judiciais	1.000,00 -	0,00	0,00	1.000,00 -
<b>3.1.90.02 - Despesas de Exercícios Anteriores</b>	<b>199.000,00 -</b>	<b>5.260,09+</b>	<b>5.260,09+</b>	<b>193.739,91 -</b>
3.1.90.02.01 - Custas Judiciais	0,00 -	4.207,36+	4.207,36+	4.207,36+
3.1.90.02.02 - ATM/MULTA E JUROS	0,00 -	217,53+	217,53+	217,53+
3.1.90.02.03 - Serviços de Terceiros e Encargos	1.000,00 -	835,20+	835,20+	164,80 -
3.1.90.02.04 - Provisões para Reclamações Trabalhistas	198.000,00 -	0,00	0,00	198.000,00 -
<b>3.2.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>270.300,00 -</b>	<b>236.927,13+</b>	<b>236.927,13+</b>	<b>33.372,87 -</b>
<b>3.2.10.00 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS</b>	<b>254.400,00 -</b>	<b>220.815,44+</b>	<b>220.815,44+</b>	<b>33.584,56 -</b>
<b>3.2.10.01 - Transferências Operacionais</b>	<b>254.400,00 -</b>	<b>220.815,44+</b>	<b>220.815,44+</b>	<b>33.584,56 -</b>
3.2.10.01.01 - Transferências para Prêmio de Monografia	45.000,00 -	48.193,84+	48.193,84+	3.193,84+
3.2.10.01.02 - Transferências para (SINCE e CONGRESSO)	130.000,00 -	130.000,00+	130.000,00+	0,00
3.2.10.01.03 - Transferências Encontros Regionais (ENE,s)	35.000,00 -	11.500,00+	11.500,00+	23.500,00 -
3.2.10.01.04 - Doação de Microcomputadores	0,00 -	3.393,60+	3.393,60+	3.393,60+
3.2.10.01.06 - Transferência Gincana	35.000,00 -	24.272,00+	24.272,00+	10.728,00 -
3.2.10.01.07 - Transferências Modernização Tecnológica	9.400,00 -	3.456,00+	3.456,00+	5.944,00 -
<b>3.2.80.00 - CONTRIBUIÇÃO PASEP</b>	<b>15.900,00 -</b>	<b>16.111,69+</b>	<b>16.111,69+</b>	<b>211,69+</b>
3.2.80.01 - PASEP	15.900,00 -	16.111,69+	16.111,69+	211,69+
<b>4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>900.000,00 -</b>	<b>601.798,72+</b>	<b>601.798,72+</b>	<b>298.201,28 -</b>
<b>4.1.00.00 - INVESTIMENTOS</b>	<b>900.000,00 -</b>	<b>601.798,72+</b>	<b>601.798,72+</b>	<b>298.201,28 -</b>
<b>4.1.10.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES</b>	<b>800.000,00 -</b>	<b>533.735,96+</b>	<b>533.735,96+</b>	<b>266.264,04 -</b>
4.1.10.01 - Reforma do 12º Andar Ed. Palácio do Comércio	800.000,00 -	533.735,96+	533.735,96+	266.264,04 -
<b>4.1.20.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE</b>	<b>100.000,00 -</b>	<b>68.062,76+</b>	<b>68.062,76+</b>	<b>31.937,24 -</b>
4.1.20.01 - Mobiliário e Utensílios de Escritórios	70.000,00 -	52.820,42+	52.820,42+	17.179,58 -
4.1.20.02 - Máquinas, Motores e Aparelhos	10.000,00 -	3.328,64+	3.328,64+	6.671,36 -
4.1.20.03 - Equipamentos de Informática	20.000,00 -	11.913,70+	11.913,70+	8.086,30 -
Total Executado a Maior				871.065,18
Total Executado a Menor				1.270.659,63
<b>Total:</b>	<b>6.576.000,00 -</b>	<b>6.176.405,55+</b>	<b>6.176.405,55+</b>	<b>399.594,45 -</b>

BRASILIA, 31 de dezembro de 2015.

Econ. Júlio Miragaya  
Presidente  
CPF: 411.815.737-34

Antonio Tolentino  
Contador CRC-DF 5342  
CPF: 057.401.501-91

**Conselho Federal de Economia - COFECON**  
**CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00**

Página : 1  
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

**Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada**

<b>Despesa</b>	<b>Orçada</b>	<b>Exec. Per.</b>	<b>Exercício</b>	<b>Diferença</b>
3.1.30.02.15 - Despesas com Hospedagem	5.000,00 -	4.958,00+	4.958,00+	42,00 -
3.1.30.02.16 - Material de Distribuição Gratuita	3.000,00 -	2.723,80+	2.723,80+	276,20 -
3.1.30.02.17 - Assessoria Parlamentar	50.000,00 -	49.331,22+	49.331,22+	668,78 -
3.1.30.02.18 - Despesas Com Sessão Plenárias e Eventos	100.000,00 -	91.437,07+	91.437,07+	8.562,93 -
3.1.30.02.19 - Reembolso e despesa com plano e seguro saúde	200.000,00 -	166.893,26+	166.893,26+	33.106,74 -
3.1.30.02.23 - Serviço de Assistência Odontológica - Prima Vida	7.000,00 -	6.769,64+	6.769,64+	230,36 -
3.1.30.02.24 - Auditoria Eletrônica	13.000,00 -	11.625,02+	11.625,02+	1.374,98 -
3.1.30.02.25 - Eleições Voto Eletrônico	150.000,00 -	141.000,00+	141.000,00+	9.000,00 -
3.1.30.02.99 - Consultoria e assessoria	15.000,00 -	14.039,18+	14.039,18+	960,82 -
<b>3.1.30.03 - PREMIAÇÕES</b>	<b>93.000,00 -</b>	<b>91.200,00+</b>	<b>91.200,00+</b>	<b>1.800,00 -</b>
3.1.30.03.01 - Prêmio Brasil de Economia	75.000,00 -	73.200,00+	73.200,00+	1.800,00 -
3.1.30.03.02 - Gincana	18.000,00 -	18.000,00+	18.000,00+	0,00
<b>3.1.90.00 - Outras Despesas de Custeio</b>	<b>6.000,00 -</b>	<b>3.509,86+</b>	<b>3.509,86+</b>	<b>2.490,14 -</b>
3.1.90.01 - Custas Judiciais	1.000,00 -	848,26+	848,26+	151,74 -
<b>3.1.90.02 - Despesas de Exercícios Anteriores</b>	<b>5.000,00 -</b>	<b>2.661,60+</b>	<b>2.661,60+</b>	<b>2.338,40 -</b>
3.1.90.02.02 - ATMMULTA E JUROS	1.000,00 -	461,60+	461,60+	538,40 -
3.1.90.02.03 - Serviços de Terceiros e Encargos	4.000,00 -	2.200,00+	2.200,00+	1.800,00 -
<b>3.2.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>296.000,00 -</b>	<b>288.275,81+</b>	<b>288.275,81+</b>	<b>7.724,19 -</b>
<b>3.2.10.00 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS</b>	<b>276.000,00 -</b>	<b>270.081,89+</b>	<b>270.081,89+</b>	<b>5.918,11 -</b>
<b>3.2.10.01 - Transferências Operacionais</b>	<b>276.000,00 -</b>	<b>270.081,89+</b>	<b>270.081,89+</b>	<b>5.918,11 -</b>
3.2.10.01.01 - Transferências para Prêmio de Monografia	35.000,00 -	33.000,00+	33.000,00+	2.000,00 -
3.2.10.01.02 - Transferências para (SINCE e CONGRESSO)	140.000,00 -	140.000,00+	140.000,00+	0,00
3.2.10.01.03 - Transferências Encontros Regionais (ENE,s)	26.000,00 -	26.000,00+	26.000,00+	0,00
3.2.10.01.07 - Transferências Modernização Tecnológica	15.000,00 -	12.581,89+	12.581,89+	2.418,11 -
3.2.10.01.08 - Transferências p/Reforma nos Corecon,s	25.000,00 -	23.500,00+	23.500,00+	1.500,00 -
3.2.10.01.09 - Transferencia para realização de Seminário	35.000,00 -	35.000,00+	35.000,00+	0,00
<b>3.2.80.00 - CONTRIBUIÇÃO PASEP</b>	<b>20.000,00 -</b>	<b>18.193,92+</b>	<b>18.193,92+</b>	<b>1.806,08 -</b>
3.2.80.01 - PASEP	20.000,00 -	18.193,92+	18.193,92+	1.806,08 -
<b>4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>290.000,00 -</b>	<b>272.660,32+</b>	<b>272.660,32+</b>	<b>17.339,68 -</b>
<b>4.1.00.00 - INVESTIMENTOS</b>	<b>290.000,00 -</b>	<b>272.660,32+</b>	<b>272.660,32+</b>	<b>17.339,68 -</b>
<b>4.1.10.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES</b>	<b>220.000,00 -</b>	<b>213.459,25+</b>	<b>213.459,25+</b>	<b>6.540,75 -</b>
4.1.10.01 - Reforma do 12º Andar Ed. Palacio do Comércio	220.000,00 -	213.459,25+	213.459,25+	6.540,75 -
<b>4.1.20.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE</b>	<b>70.000,00 -</b>	<b>59.201,07+</b>	<b>59.201,07+</b>	<b>10.798,93 -</b>
4.1.20.01 - Mobiliário e Utensílios de Escritórios	10.000,00 -	9.242,00+	9.242,00+	758,00 -
4.1.20.02 - Máquinas, Motores e Aparelhos	40.000,00 -	33.135,88+	33.135,88+	6.864,12 -
4.1.20.03 - Equipamentos de Informática	20.000,00 -	16.823,19+	16.823,19+	3.176,81 -
Total Executado a Maior				35.056,41
Total Executado a Menor				337.914,14
<b>Total:</b>	<b>6.599.000,00 -</b>	<b>6.296.142,27+</b>	<b>6.296.142,27+</b>	<b>302.857,73 -</b>

BRASILIA, 31 de dezembro de 2016.

Econ. Júlio Miragaya  
Presidente  
CPF: 411.815.737-34

Antonio Tolentino  
Contador CRC-DF 5342  
CPF: 057.401.501-91

3.4.

**Desempenho Operacional:**

*Conselho Federal de Economia - COFECON*

*CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00*

Período: Janeiro / 2016 a Dezembro / 2016

Página : 1

**Demonstrativo das Variações Patrimoniais**

<b>Variações Ativas</b>		<b>Variações Passivas</b>	
RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.965.372,22	RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6.296.142,27
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.692.711,90	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	6.296.142,27
RECEITAS CORRENTES	5.692.711,90	DESPESAS CORRENTES	6.023.481,95
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	DESPESAS DE CUSTEIO	5.735.206,14
RECEITA PATRIMONIAL	316.180,15	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	288.275,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.373.704,56	DESPESAS DE CAPITAL	272.660,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.827,19	INVESTIMENTOS	272.660,32
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
CRÉDITO ADICIONAL	0,00		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	272.660,32	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	0,00
Aquisição de Bens Móveis	59.201,07	Cobrança da Dívida Ativa	0,00
Construção ou Aquisição de Bens Imóveis	213.459,25	Alienação de Bens Móveis	0,00
Aquisição de Bens Intangíveis	0,00	Alienação de Bens Imóveis	0,00
Aquisição de Títulos e Valores	0,00	Alienação de Títulos e Valores	0,00
Doação de Bens Móveis	0,00	Empréstimos Tomados	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00	Recebimento de Créditos	0,00
Diversos	0,00	Diversos	0,00
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00
Inscrição da Dívida Ativa	0,00	Cancelamento da Dívida Ativa	0,00
Inscrição de Outros Créditos	0,00	Baixa de Bens Móveis	0,00
Incorporação de Bens	0,00	Superviniências Diversas	0,00
De Outras Dívidas Passivas	0,00	Obra de Arte	0,00
Diversas	0,00		
Reavaliação de Bens Móveis	0,00		
Reavaliação de Bens Imóveis	0,00		
Obra de Arte	0,00		
Total das Variações Ativas	5.965.372,22	Total das Variações Passivas	6.296.142,27
Resultado Patrimonial		Resultado Patrimonial	
- Déficit do Exercício	330.770,05	- Superavit do Exercício	-
<b>Total:</b>	<b>6.296.142,27</b>	<b>Total:</b>	<b>6.296.142,27</b>

BRASILIA, 31 de dezembro de 2016

Econ. Júlio Miragaya  
Presidente  
CPF: 411.815.737-34

Antonio Tolentino  
Contador CRC-DF 5342  
CPF: 057.401.501-91

**3.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho:**
**Quadro 3 - Indicadores de Desempenho**

Indicadores	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Var.15/16
<b>E C V</b>	45.503	45.219	44.169	43.807	43.103	41.622	-3,44%
<b>Reserva Financeira</b>	1.883.068	1.918.087	1.745.829	2.004.189	1.599.880,79	1.026.543,01	-35,84%
<b>Receita Total</b>	4.739.970	4.713.550	4.640.612	5.078.988	5.776.235,91	5.692.711,90	-1,45%
Receita Transferências	4.441.991	4.488.317	4.456.874	4.798.033	5.132.432,75	5.373.704,56	4,70%
Receita Financeira (Aplicação em CDB)	297.979	225.233	183.738	280.956	388.435,62	316.180,15	-18,60%
<b>Despesa Total</b>	4.680.526	4.693.930	4.801.391	4.767.984	6.165.725,59	6.296.142,27	2,12%

**Quadro 4 - Evolução das Receitas e Despesas do Conselho Federal de Economia: 2013 a 2016**

<b>Evolução das Receitas e Despesas do Conselho Federal de Economia: 2013 a 2016</b>											
	2013	2014	Var. (%)	2015	Var. (%)	2016	Var.	2013 (%)	2014 (%)	2015 (%)	2016 (%)
<b>Receita Total</b>	4.640.611,76	5.078.988,35	9,4	5.784.266,81	13,9	5.692.711,90	- 1,6	-	-	-	-
<b>Despesas Correntes</b>	4.784.675,50	4.752.064,38	- 0,7	5.574.606,83	17,3	5.995.210,29	7,5	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>1. Pessoal e Encargos</b>	2.211.609,00	2.318.303,94	4,8	2.567.364,07	10,7	2.913.118,92	13,5	46,22	48,79	46,05	48,59
<b>2. Manutenção da sede</b>	84.922,65	84.564,11	- 0,4	183.838,78	117,4	200.895,06	9,3	1,77	1,78	3,30	3,35
<b>3. Material de Consumo</b>	31.273,18	30.757,77	- 1,6	26.253,47	-14,6	51.541,01	96,3	0,65	0,65	0,47	0,86
<b>4. Telefonia Internet e Correios</b>	216.659,97	155.938,03	- 28,0	130.665,66	-16,2	170.504,59	30,5	4,53	3,28	2,34	2,84
<b>5. Manutenção de progr. de informática</b>	311.065,58	318.860,38	2,4	367.843,71	15,4	401.368,78	9,1	6,50	6,71	6,60	6,69
<b>6. Despesas Bancárias</b>	196.366,47	83.037,96	- 57,7	115.371,71	38,9	55.870,80	- 51,6	4,10	1,75	2,07	0,93
<b>7. Diárias</b>	379.503,50	406.290,00	7,1	431.105,34	6,1	435.086,17	0,9	7,93	8,55	7,73	7,26
<b>8. Passagens aéreas</b>	382.957,33	394.643,54	3,1	459.411,14	16,4	460.628,02	0,3	8,00	8,30	8,24	7,68
<b>9. Serviço Gráfico e Publicidade</b>	244.354,38	196.498,67	- 19,6	354.359,13	80,3	340.108,73	-4,0	5,11	4,14	6,36	5,67
<b>10. Assessoria Parlamentar</b>	83.750,00	84.500,00	0,9	58.999,92	- 30,2	49.331,22	- 16,4	1,75	1,78	1,06	0,82
<b>11 Despesas com Sessão Plenárias</b>	122.253,61	89.629,43	- 26,7	153.142,21	70,9	91.437,07	- 40,3	2,56	1,89	2,75	1,53
<b>12. Premiações</b>	72.000,00	68.499,99	- 4,9	72.300,00	5,5	97.924,90	35,4	1,50	1,44	1,30	1,63
<b>13. Transferências para os Regionais</b>	167.590,00	184.170,40	9,9	236.927,13	28,6	270.081,89	14,0	3,50	3,88	4,25	4,50

14. Eleição eletrônica (inclui auditoria)	-	-	-	229.900,00	-	202.235,80	- 12,0	0,00	0,00	4,12	3,37
15. Impressão de Carteira Profissional	128.743,38	116.498,74	- 9,5	135.248,88	16,1	166.749,29	23,3	2,69	2,45	2,43	2,78
16.Outras Despesas	151.626,45	219.871,92	45,0	51.875,68	- 76,4	88.328,04	70,3	3,17	4,63	0,93	1,47
Saldo Orçamentário Parcial	- 144.063,74	326.923,97	-	209.660,01	-	- 302.412,64	-				
Despesas de Capital	16.715,00	15.920,00	- 4,8	601.798,72	3.780,1	272.660,32	- 54,7				
17. Obras e instalações	-	-	-	533.735,96	-	213.459,25	- 60,0				
18. Equipamento e Mat. Permanente	16.715,00	15.920,00	- 4,8	68.062,76	327,5	59.201,07	- 13,0				
<b>Despesa Total</b>	<b>4.801.390,50</b>	<b>4.767.984,38</b>	<b>- 0,7</b>	<b>6.176.405,55</b>	<b>29,5</b>	<b>6.296.142,27</b>	<b>1,5</b>				
Saldo Orçamentário final	- 160.778,74	311.003,97	-	- 392.138,71	-	- 575.072,96	-				
Resultado Extra Orçamentário	11.479,33	- 52.643,93		- 4.139,67		- 6.321,19					
Saldo financeiro	1.745.829,06	2.004.189,10	14,8	1.607.910,69	-19,8	1.026.543,01	-36,2				

#### SEÇÃO 4. GOVERNANÇA

##### 4.1. Descrição das estruturas de Governança:

A estrutura de governança do Conselho Federal de Economia é composta pelas Comissões Permanentes de Licitação e de Tomada de Contas, bem como pela Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão, instituídas pela Resolução nº 1832 de 30 de julho de 2010, Regimento interno do COFECON:

Art. 58. O Plenário do COFECON, na primeira Sessão anual, elegerá duas comissões permanentes, a Comissão de Tomada de Contas e a Comissão de Licitação.

§ 1.º A Comissão de Tomada de Contas - CTC será constituída de seis membros, escolhidos entre os Conselheiros Efetivos que integram o Plenário, com mandato de 01(um)ano, inadmitida a recondução, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, sendo 03 (três) Conselheiros titulares e igual número de Suplentes, com a competência para exercer a função de controle interno do Sistema integrado pelo COFECON e pelos Conselhos Regionais, além das seguintes atribuições:

I. avaliar os controles orçamentários, financeiros e de Gestões internas do COFECON e dos CONSELHOS REGIONAIS, emitindo pareceres que serão submetidos a deliberação do Plenário;

II. proceder verificações e vistorias em qualquer unidade do Sistema COFECON/CORECON.

§ 2.º Em sua primeira reunião a CTC elegerá o seu presidente, ao qual competirá, além da direção dos trabalhos, a convocação das demais reuniões;

§ 3.º É vetada a participação dos atuais presidente e vice-presidente como membros da CTC, bem como dos ex-dirigentes cujas contas estejam pendentes de aprovação.

§ 4.º A Comissão de Licitação será constituída de três membros, um membro escolhido entre os Conselheiros Efetivos, que a presidirá, e de dois funcionários permanentes do COFECON, com mandato de 01(um) ano, inadmitida a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, com 02 (dois) Suplentes, um do plenário e um do quadro de funcionários do COFECON, com a competência para examinar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pelo artigo 51 da lei federal nº 8.666/93.

§5º As Comissões Temáticas serão criadas em função do Programa de Trabalho apresentado pelo Presidente e aprovadas pelo Plenário, as quais terão atribuições específicas voltadas para questões dos interesses da ciência econômica, dos profissionais economistas e dos órgãos que integram o Sistema COFECON/CORECONS e serão sempre coordenadas por um membro efetivo do plenário, com prazo de vigência determinado ou indeterminado.

§6º As Comissões Temáticas serão criadas a qualquer tempo, quando motivação pertinente justificar, delas podendo participar profissionais que não integram o Plenário.

**4.2. Informações sobre dirigentes e colegiados:**
**Quadro 5 - Informações sobre dirigentes e colegiados.**

<b>Econ. Júlio Miragaya</b> Presidente Mandato 1/1/2016 a 31/12/2016			
<b>Econ. Odisnei Antônio Béga</b> Vice-Presidente Mandato 1/1/2016 a 31/12/2016			
<b>TABELA DE TERÇOS</b>			
<b>1º TERÇO (2016-2018)</b>			
<b>Conselheiros Efetivos</b>	<b>CORECON</b>	<b>Conselheiros Suplentes</b>	<b>CORECON</b>
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues	RO	Arthur Nemrod Menezes Guimarães	BA
Denise Kassama Franco do Amaral	AM	Eduardo Rodrigues da Silva	GO
Felipe Macedo de Holanda	MA	Fernando de Aquino Fonseca Neto	PE
Henri Wolf Bejzman	RS	Henrique Jorge Medeiros Marinho	CE
Nei Jorge Correia Cardim	BA	Paulo Roberto Polli Lobo	SC
Pedro Andrade de Oliveira	PI	Sebastião Demuner	ES
<b>2º TERÇO (2014-2016)</b>			
<b>Conselheiros Efetivos</b>	<b>CORECON</b>	<b>Conselheiros Suplentes</b>	<b>CORECON</b>
Celina Martins Ramalho	SP	José Antonio Lutterbach Soares	RJ
João Manoel Gonçalves Barbosa	RJ	Marcelo Martinovich dos Santos	SP
Júlio Flávio Gameiro Miragaya	DF	Mônica Beraldo Fabrício da Silva	DF
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado	SP	Paulo Brasil Corrêa de Mello	SP
Nelson Pamplona da Rosa	SC	Valery Maineri König	SC
Odisnei Antônio Béga	PR		
<b>3º TERÇO (2015-2017)</b>			
<b>Conselheiros Efetivos</b>	<b>CORECON</b>	<b>Conselheiros Suplentes</b>	<b>CORECON</b>
Antonio Melki Júnior	RJ	Carlos Alberto Safatle	SP
Eduardo José Monteiro da Costa	PA	Fernando da Silva Ramos Filho	RS
Jin Whan Oh	SP	Lourival Batista de Oliveira Júnior	MG
Paulo Hermance Paiva	PB	Maria de Fátima Miranda	PR
Paulo Salvatore Ponzini	MS	Regina Lúcia Gadioli dos Santos	RJ
Róridan Penido Duarte	MG	Virgílio Pacheco de Araújo Neto( <i>in memoriam</i> )	BA

**4.3 Atuação da unidade de auditoria interna:**

**Quadro 6 - Processos analisados pela Comissão de Tomada de Contas.**

Descrição	Quantidade
Balancetes trimestrais	<b>64</b>
Prestações de Contas Anual	<b>25</b>
Propostas Orçamentárias	<b>23</b>
Reformulações Orçamentárias	<b>15</b>
Prestações de Contas de Auxílio Financeiro	<b>22</b>
<b>Total</b>	<b>149</b>

**4.4. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos:**

De acordo com o art. 22, da Resolução 1.851/2011 do COFECON:

As responsabilidades pelos atos de gestão serão apuradas conforme as competências regimentais de cada gestor e as circunstâncias específicas, cabendo aos órgãos administrativos e judiciais competentes, após a apuração administrativa, e ao Tribunal de Contas da União a fixação de responsabilidades individuais e solidárias por irregularidades ou impropriedades, nos termos do artigo 12, I, da Lei nº 8.443/92.

Para ilícitos administrativos cometidos pelos servidores, o Cofecon, através de Portaria, nomeará uma Comissão para Processo Administrativo Disciplinar, para apuração de atos e fatos, estabelecendo um prazo de 60 (sessenta) dias, para a conclusão dos trabalhos.

E seguirá exatamente o que preconiza a Lei 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

**4.5. Gestão de riscos e controles internos:**

A gestão de riscos e os controles internos são realizados pela Comissão de Tomada de Contas (CTC). A gestão de riscos é realizada de forma preventiva, com visitas da Comissão aos Conselhos Regionais de Economia e elaboração de ofícios com informações e recomendações. Os controles internos são realizados quando a CTC analisa as peças contábeis enviadas pelos Corecons, tais como propostas orçamentárias e balancetes trimestrais.

**4.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados:**

Neste Conselho não há remuneração para o exercício das funções regimentais.

**4.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada:**

Neste Conselho não houve contratação de auditoria independente.

**SEÇÃO 5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

<p><b>5.1.</b></p>	<p><b>Gestão de pessoas:</b></p> <p><b>Demonstração da força de trabalho:</b> Superintendente: Aline Tales Ferreira Procurador-Chefe: Marcus Vilmon Teixeira dos Santos Assessores: Fernando Athaide Nóbrega Filho, Maria Aparecida Carneiro, Jane Lopes da Silva, Natália Lepsch Kenupp Batista, Alexandre Café Rodrigues, Júlio César Poloni de Góes e Thiara de Oliveira Lima</p> <p><b>Profissionais de Atividade Estratégica – PAE</b> Advogados: Marilia Andrade Rosa Abrantes e Fábio Ronan Miranda Alves Contador: Antonio Tolentino Jornalista: Manoel José Castanho</p> <p><b>Profissionais de Suporte Técnico – PST</b> Assistentes Administrativos: Ana Claudia Ramos Pinto, Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa, João Henrique Vieira Costa e Lilian de Souza Barbosa Técnico de Informática: Danyel Willian Santos Teófilo Técnico em Contabilidade: José Luiz Pereira Barboza</p> <p><b>Profissional de Suporte Administrativo</b> Supervisora de Recepção e Serviços Gerais: Edna Barroso Machado</p> <p><b>Estagiários</b> Flávia Eyllin Silva Coutinho Giovana Álvares Moreira Laís Umbelino Ferreira Maiara Alves Martins Nathália Gabriely Soares dos Santos Silvane Lopes da Silva</p>
<p><b>5.1.1.</b></p>	<p><b>Estrutura de pessoal da Unidade:</b></p> <p>Em 31/12/2016 a força de trabalho do COFECON era composta de 27 funcionários, sendo 16 empregados efetivos, 5 comissionados e 6 estagiários.</p> <p>De acordo com o cargo, a função e com a forma de ingresso na entidade, esses empregados estão divididos em:</p> <p>Efetivos: Advogado (2), Contador (1), Jornalista (1), Técnico em Contabilidade (1), Técnico em Informática (1), Assistente Administrativo (5), Auxiliar Administrativo (1) Comissionados: Superintendente (1), Procurador-Chefe (1), Assessor (3)</p> <p>Jornada de Trabalho: advogados: 20 horas semanais; jornalista: 30 horas semanais; demais cargos: 40 horas semanais.</p>

Ingressos e Egressos no exercício: No ano de 2016 houve o ingresso de dois cargos de assessoria e o egresso de um cargo de advogado, para o qual ocorreu, no exercício seguinte, nova convocação de aprovado em concurso público.

**5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal:**

**Quadro 6 – Demonstrativo das despesas com pessoal**

Indicadores	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Pessoal</b>	1.531.500	1.765.744	1.981.940	2.104.384	2.754.272,79	2.913.118,92
<b>Diárias</b>	585.938	448.055	379.504	406.290	431.105,52	435.086,17
<b>Passagens</b>	755.357	486.290	382.957	394.644	459.411,14	460.628,02

**5.2. Contratação de mão de obra temporária:**

Contratação de um Assessor 3, na área de arquivologia, que foi desenvolveu um projeto de catalogação e organização do acervo do Cofecon, no período de 3 meses.

**5.3. Gestão da tecnologia da informação:**

Em 2016, o setor de Tecnologia da Informação (TI) do Cofecon se empenhou em diversas atividades com o objetivo de aperfeiçoar a estrutura de trabalho dos funcionários e os serviços prestados pelo Sistema Cofecon/Corecons.

Abaixo, uma lista com as principais atividades desenvolvidas no ano:

- Reformulação da central telefônica (nova central);
- Contratação de peritos para auxiliar o processo licitatório e de implementação dos novos servidores/serviços;
- Apoio no processo das eleições on-line do Sistema Cofecon/Corecons;
- Upgrade dos Serviços e Servidores (novos servidores);
- Confecção do Serviço web de Cadastro de Peritos (<http://www.cofecon.org.br/cnpef/>);
- Confecção do Serviço web da Base de Dados do Núcleo de Estudos de Economia e Estatística (<http://cofecon.org.br/neee/>);
- Migração do site Cofecon para provedor de hospedagem externo;
- Aquisição, instalação e operação da estrutura de som para o Plenário João Paulo de Almeida Magalhães;
- Manutenção preventiva dos equipamentos da sala de servidores;
- Confecção de banners, folders e outros materiais gráficos de publicidade web para o Cofecon;
- Serviços elétricos: reparação, reconfiguração e instalação;
- Fiscalização dos contratos da área de TI

O setor de Tecnologia da Informação manteve o apoio às iniciativas realizadas pelo Cofecon, tais como os sistemas da Implanta como um todo e o sistema de carteirinhas, além de suporte técnico de softwares e

hotsites nas campanhas e ações promovidas pela autarquia – tais como o Prêmio Brasil de Economia e a Gincana Nacional de Economia.

<p><b>5.4.</b></p>	<p><b>Principais sistemas de informações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li> <p>• <b>Sistemas Implanta</b>            Objetivo: Gerência a cobrança de anuidade dos economistas, realizando a partição do que é arrecadado para o COFECON e o CORECON, conforme a legislação em vigor; emissão, tramitação e recebimento de documentos; controle contábil do Sistema COFECON/CORECONS.            Manutenção: Terceirizada, tendo como investimento o valor de R\$ 387.627,60 no ano de 2016.            Avaliação de riscos: Os sistemas são em formato desktop, o que reduz a disponibilidade a zero em problemas na infraestrutura do COFECON; a rotina de backup é totalmente manual.</p> </li> <li> <p>• <b>Sistema de Carteiras Profissionais</b>            Objetivo: Gerencia a emissão das carteiras profissionais, permitindo realizar o cadastro dos economistas e automatizando a geração dos documentos.            Manutenção: Própria.            Avaliação de riscos: O sistema não possui documentação, possibilitando até mesmo em total indisponibilidade em falhas graves; não existe rotina de backup, tendo que ser realizada manualmente; sistema sem realização de plano de testes.</p> </li> <li> <p>• <b>Sistema Dexion</b>            Objetivo: Gerencia a realização de pagamento de pessoal.            Manutenção: Terceirizada, tendo como investimento o valor de R\$ 2.666,13 no ano de 2016.            Avaliação de riscos: O sistema não possui integração com os sistemas contábeis do COFECON, que são realizados manualmente pelo setor contábil do COFECON; não possui rotina automática de backup; sistema em formato desktop, o que reduz a disponibilidade a zero em problemas na infraestrutura do COFECON.</p> </li> <li> <p>• <b>E-mail</b>            Objetivo: Fornecimento de e-mail para os funcionários do COFECON, bem como as CORECONS que não possuem saúde financeira para adquirirem ou suportar uma solução de e-mail própria.            Manutenção: Própria e Terceirizada em níveis de grande complexidade das falhas.            Avaliação de riscos: Sistema em formato desktop, o que reduz a disponibilidade a zero em problemas na infraestrutura do COFECON; não existe rotina de backup, tendo que ser realizada manualmente; está sendo estudada a construção de uma DMZ (rede de perímetro) para melhorar a segurança do serviço.</p> </li> </ul>
--------------------	---

**SEÇÃO 6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

**6.1 Canais de acesso do cidadão:**

O Cofecon pode ser acessado pelo cidadão em sua sede física, localizada no Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco B, Edifício Palácio do Comércio, sala 1201; por telefone, no número (61) 3208-1800, bem como por fax, no número (61) 3208-1814; o site do Cofecon na internet, localizado no endereço [www.cofecon.org.br](http://www.cofecon.org.br), dispõe de formulário para contato, possibilitando o envio de e-mails ao endereço [cofecon@cofecon.org.br](mailto:cofecon@cofecon.org.br); e pelas redes sociais, com perfil no Twitter, canal no YouTube e pelas páginas Cofecon Economia e Quero Ser Economista.

O Facebook do Cofecon encerrou o ano com 9.928 seguidores (aumento de 88%). O canal do Cofecon no YouTube tem 52 vídeos, 142 pessoas inscritas e 7.479 visualizações. O perfil no Twitter possui 928 seguidores.

**6.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários:**

O Cofecon ainda não dispõe de mecanismo de aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários, porém existe política interna para que nenhuma demanda apresentada, seja presencialmente, por telefone ou e-mail, deixe de receber a devida resposta em prazo de até 5 (cinco) dias.

**6.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade:**

O Cofecon dispõe do Portal Transparência em seu site (<http://www.cofecon.org.br/>), no qual é possível ter acesso aos seguintes conteúdos, atualizados periodicamente:

- Estrutura Organizacional
- Legislação Aplicada
- Composição do Conselho
- Sistema Cofecon/Corecons
- Relatórios de Gestão
- Orçamentos
- Plano de Cargos e Salários
- Quadro de Funcionários e Remunerações
- Licitações
- Contratos

Além disso, o site do Cofecon na internet divulga informações e notícias relevantes sobre a atuação da autarquia, seja por meio de participação em eventos, reuniões com entidades que busquem a melhoria dos serviços públicos e do orçamento, ações de valorização profissional e defesa das prerrogativas profissionais do economista, a avaliação feita pela Comissão de Educação no curso de ciências econômicas à distância da Unisul Virtual, entre outras.

**6.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações:**

As instalações do Cofecon estão completamente adaptadas para receber pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive dispondo de banheiro destinado ao uso exclusivo em conformidade com as normas de acessibilidade da ABNT.

**SEÇÃO 7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

**7.1. Desempenho financeiro no exercício:**

A receita do Conselho Federal de Economia consiste, em sua quase totalidade, no percentual de 20% das anuidades pagas pelos economistas registrados junto ao respectivo Conselho Regional de Economia. O número de Economistas em Condição de Voto (ECV), que são aqueles profissionais ativos e adimplentes, vem caindo desde 2011, com uma redução de 3,43% em relação a 2015 e de 7,95% na comparação 2012/2016.

A receita total em 2016 foi de R\$ 5.692.795,65, queda nominal de 1,6% na comparação com 2015 e queda real de 8%, levando em conta a inflação do ano da ordem de 6,3%. A despesa total em 2016 registrou uma ligeira alta nominal de 1,48% em relação a 2015, em termos reais, redução de 4,53%.

O déficit registrado em 2016, portanto, decorreu da queda acentuada da receita oriunda das transferências dos CORECONS, agravada pelas despesas de capital (R\$ 272.660,00), abrangendo complementação das obras de restauração da nova sede e a compra de equipamentos de informática, telefonia e sonorização. O gráfico de receita e despesa apresenta o comportamento destes indicadores em valores nominais.

**Gráfico 1 – Economistas em Condições de Voto**



O quadro 7 mostra o comportamento detalhado das despesas nos últimos anos. Observa-se que o crescimento mais expressivo se deu em Pessoal e Encargos, visto que o reajuste dos funcionários considerou o INPC acumulado em 14 meses (13,01%). Outros itens que registraram variações expressivas foram Transferências para os Regionais e Premiações. Em relação aos gastos com passagens aéreas e diárias, nota-se que, mesmo com a inflação acentuada e um maior número de emissões, os gastos ficaram inalterados.

Em dezembro de 2016 o Cofecon possuía um saldo financeiro de R\$ 1.026.516,54 (um milhão, vinte e seis mil mil, quinhentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos), o que significa um decréscimo de 26,33% em relação ao saldo do exercício financeiro de 2015, em valores nominais.

#### Quadro 7 - Indicadores econômico-financeiros no quinquênio 2011-2016

Evolução das Receitas e Despesas do Conselho Federal de Economia: 2013 a 2016											
	2013	2014	Var. (%)	2015	Var. (%)	2016	Var.	2013 (%)	2014 (%)	2015 (%)	2016 (%)
<b>Receita Total</b>	4.640.611,76	5.078.988,35	9,4	5.784.266,81	13,9	5.692.711,90	- 1,6	-	-	-	-
<b>Despesas Correntes</b>	4.784.675,50	4.752.064,38	- 0,7	5.574.606,83	17,3	5.995.210,29	7,5	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>1. Pessoal e Encargos</b>	2.211.609,00	2.318.303,94	4,8	2.567.364,07	10,7	2.913.118,92	13,5	46,22	48,79	46,05	48,59
<b>2. Manutenção da sede</b>	84.922,65	84.564,11	- 0,4	183.838,78	117,4	200.895,06	9,3	1,77	1,78	3,30	3,35
<b>3. Material de Consumo</b>	31.273,18	30.757,77	- 1,6	26.253,47	-14,6	51.541,01	96,3	0,65	0,65	0,47	0,86
<b>4. Telefonia Internet e Correios</b>	216.659,97	155.938,03	- 28,0	130.665,66	-16,2	170.504,59	30,5	4,53	3,28	2,34	2,84
<b>5. Manutenção de progr. de informática</b>	311.065,58	318.860,38	2,4	367.843,71	15,4	401.368,78	9,1	6,50	6,71	6,60	6,69
<b>6. Despesas Bancárias</b>	196.366,47	83.037,96	- 57,7	115.371,71	38,9	55.870,80	- 51,6	4,10	1,75	2,07	0,93
<b>7. Diárias</b>	379.503,50	406.290,00	7,1	431.105,34	6,1	435.086,17	0,9	7,93	8,55	7,73	7,26
<b>8. Passagens aéreas</b>	382.957,33	394.643,54	3,1	459.411,14	16,4	460.628,02	0,3	8,00	8,30	8,24	7,68
<b>9. Serviço Gráfico e Publicidade</b>	244.354,38	196.498,67	- 19,6	354.359,13	80,3	340.108,73	-4,0	5,11	4,14	6,36	5,67
<b>10. Assessoria Parlamentar</b>	83.750,00	84.500,00	0,9	58.999,92	- 30,2	49.331,22	- 16,4	1,75	1,78	1,06	0,82
<b>11 Despesas com Sessão Plenárias</b>	122.253,61	89.629,43	- 26,7	153.142,21	70,9	91.437,07	- 40,3	2,56	1,89	2,75	1,53
<b>12. Premiações</b>	72.000,00	68.499,99	- 4,9	72.300,00	5,5	97.924,90	35,4	1,50	1,44	1,30	1,63
<b>13. Transferências para os Regionais</b>	167.590,00	184.170,40	9,9	236.927,13	28,6	270.081,89	14,0	3,50	3,88	4,25	4,50
<b>14. Eleição eletrônica (inclui auditoria)</b>	-	-	-	229.900,00	-	202.235,80	- 12,0	0,00	0,00	4,12	3,37
<b>15. Impressão de Carteira Profissional</b>	128.743,38	116.498,74	- 9,5	135.248,88	16,1	166.749,29	23,3	2,69	2,45	2,43	2,78
<b>16. Outras Despesas</b>	151.626,45	219.871,92	45,0	51.875,68	- 76,4	88.328,04	70,3	3,17	4,63	0,93	1,47
<b>Saldo Orçamentário Parcial</b>	- 144.063,74	326.923,97	-	209.660,01	-	- 302.412,64	-				
<b>Despesas de Capital</b>	16.715,00	15.920,00	- 4,8	601.798,72	3.780,1	272.660,32	- 54,7				
<b>17. Obras e instalações</b>	-	-	-	533.735,96	-	213.459,25	- 60,0				
<b>18. Equipamento e Mat. Permanente</b>	16.715,00	15.920,00	- 4,8	68.062,76	327,5	59.201,07	- 13,0				

<b>Despesa Total</b>	<b>4.801.390,50</b>	<b>4.767.984,38</b>	<b>- 0,7</b>	<b>6.176.405,55</b>	<b>29,5</b>	<b>6.296.142,27</b>	<b>1,5</b>				
<b>Saldo Orçamentário final</b>	<b>- 160.778,74</b>	<b>311.003,97</b>	<b>-</b>	<b>- 392.138,71</b>	<b>-</b>	<b>- 575.072,96</b>	<b>-</b>				
<b>Resultado Extra Orçamentário</b>	<b>11.479,33</b>	<b>- 52.643,93</b>		<b>- 4.139,67</b>		<b>- 6.321,19</b>					
<b>Saldo financeiro</b>	<b>1.745.829,06</b>	<b>2.004.189,10</b>	<b>14,8</b>	<b>1.607.910,69</b>	<b>-19,8</b>	<b>1.026.543,01</b>	<b>-36,2</b>				

As receitas do Cofecon, em sua quase totalidade, são originárias da cota-parte proveniente dos Corecons, a qual corresponde a 20% do total por eles arrecadado. No quadro a seguir verifica-se a receita proveniente de cada Corecon, bem como sua participação na arrecadação do Cofecon.

#### **Execução das despesas por modalidade de licitação, por natureza e por elementos de despesa:**

O Conselho Federal de Economia, Autarquia Pública Federal criada pela Lei 1.411/1951, está sujeito à legislação que trata das compras públicas, a saber: Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Neste exercício, todas as suas despesas correntes e de capital foram executadas observando o disposto na legislação pertinente.

#### **Licitações realizadas em 2016**

Durante o ano, o setor de Compras e Licitações fez a gestão de 36 contratos, que podem ser acompanhados via internet pelo portal de acesso à informação do Cofecon. Além disso, foram realizados os seguintes procedimentos:

**Adesão à Ata:** para continuar suprindo as necessidades do Cofecon, foi necessária a adesão a três Atas de Registro de Preços, que trouxeram também economicidade para o Sistema, visto que os preços contratados foram abaixo do mercado para serviços gráficos e telefonia móvel.

**Chamamento público:** devido à mudança de sede, foi necessário contratar serviço de gerenciamento imobiliário para alugar a sede anterior.

**Dispensa de Licitação:** no exercício de 2016, das 36 realizadas, 5 não foram finalizadas. O valor global soma R\$ 144.670,39, sendo que 40% desse valor se deu em decorrência da mudança da sede para o 12º andar.

**Inexigibilidade de Licitação:** devido aos serviços de postagem trimestral da Revista Economista, encaminhamento das senhas para eleição eletrônica e postagem dos boletos de anuidades, o contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) teve um incremento para 290 mil reais, porém os Conselhos Regionais fazem o ressarcimento dos valores correspondentes às suas partes.

**Pregão Eletrônico:** No total de 6, e com valor estimado de R\$ 2.829.786,57, essa modalidade gerou uma economia de 42,32%, pois os contratos/atas de registro de preços somaram de R\$ 1.632.271,90. Cabe ressaltar que as atas de registro de preços garantem ao Cofecon a contratação de serviços ou aquisição de bens dentro do rigor da legislação vigente, mas não necessariamente todos os bens/serviços licitados serão adquiridos. As aquisições acontecem conforme a necessidade do órgão.

**Tomada de Preços:** com o término do contrato de publicidade, surgiu a necessidade de realizar nova licitação para contratação de agência de publicidade. O vencedor do certame, além de passar pela análise da comissão técnica, na etapa de lances aceitou proposta de desconto de 80% dos preços sugeridos pelo Sindicato das Agências de Propaganda (SINAPRO).

Além desses processos, o setor ainda realizou atualização de todos os processos tanto fisicamente como fornecendo informações para o portal de acesso à informação constante do site do Cofecon

**Quadro 8 - Contratos em 2016**

<b>Novos</b>			
<b>Contratado/Objeto</b>	<b>Processo</b>	<b>Valor</b>	<b>Modalidade</b>
Lume Comunicação Eireli	17.276/2015	R\$ 480.000,00	Tomada de preços
Cidade Gráfica e Editora Ltda	17.456/2016	R\$ 11.000,00	Adesão à ata
Telefônica Brasil S.A. (Vivo)	17.572/2016	R\$ 73.884,64	Adesão à ata
Clipping Express - Serviço de Informação Ltda-EPP	17.438/2016	R\$ 3.000,00	Dispensa de licitação
Seven Business Eventos e Negócios Eireli-ME	17.724/2016	R\$ 76.674,00	Pregão Eletrônico
Intermedium - Comunicação, Promoção e Eventos Eireli-EPP	17.724/2016	R\$ 295.505,00	Pregão Eletrônico
Via Pantaneira Eventos, Serviços e Comércio Eireli-ME	17.724/2016	R\$ 551.928,50	Pregão Eletrônico
Viver Representações, Turismo, Assessoria e Consultoria Ltda	17.724/2016	R\$ 37.220,00	Pregão Eletrônico
Networld Provedor e Serviços de Internet Ltda-EPP	17.725/2016	R\$ 80.094,84	Pregão Eletrônico
Coemi Negócios Imobiliários Eireli	17.371/2016	R\$ 15.172,50	Chamamento Público
Cruzeiro Serviços Técnicos Eireli-ME	17.176/2015	R\$ 1.000,00	Dispensa de licitação
Empório Leste Comércio de Gêneros Alimentícios e Embalagens Ltda-EPP	17.275/2015	R\$ 12.597,32	Pregão Eletrônico
Arcanjos Comercial de Alimentos Eireli-ME	17.275/2015	R\$ 8.161,00	Pregão Eletrônico
D&F Comércio de Papéis Eireli-ME	17.275/2015	R\$ 55.275,34	Pregão Eletrônico
WJ Gráfica Editora e Papelaria Ltda-ME	17.275/2015	R\$ 11.055,00	Pregão Eletrônico
Susej Comércio e Suprimentos de Informática Ltda-ME	17.275/2015	R\$ 5.525,90	Pregão Eletrônico
<b>Total</b>			<b>R\$ 1.718.094,04</b>
<b>Prorrogados</b>			
<b>Contratado/Objeto</b>	<b>Processo</b>	<b>Valor</b>	<b>Modalidade</b>
Empresa Brasil de Comunicação S.A (EBC)	15.570/2012	R\$ 10.000,00	Inexigibilidade
Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.	15.527/2012	R\$ 182.800,00	Pregão Eletrônico
Instituto Euvaldo Lodi do DF - IEL	15.698/2012	R\$ 669,96	Dispensa de licitação
Omnaware Soluções Ltda-ME	15.861/2013	R\$ 480,00	Dispensa de licitação

Gestemaq Comércio e Serviços de Equipamentos Gráficos Ltda-EPP	15.822/2013	R\$ 9.060,00	Pregão Eletrônico
Dexion Informática Ltda	15.870/2013	R\$ 2.773,96	Dispensa de licitação
Sandroni Consultores S/S Ltda	15.893/2013	R\$ 18.000,00	Inexigibilidade
Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro	15.874/2013	R\$ 6.880,56	Inexigibilidade
Imprensa Nacional	16.162/2013	R\$ 70.000,00	Inexigibilidade
Prima Vida Odontologia de Grupo Ltda	16316/2014	R\$ 9.138,24	Pregão Eletrônico
Technocopy Service Ltda-ME	15.554/2014	R\$ 8.040,00	Pregão Eletrônico
Implanta Informática Ltda	16.757/2014	R\$ 417.939,24	Pregão Eletrônico
Scytl Soluções de Segurança e Voto Eletrônico Ltda	16751/2014	R\$ 192.000,00	Pregão Eletrônico
Seiketsu Administradora e Conservadora Ltda-ME	17.013/2015	R\$ 33.350,00	Pregão Eletrônico
Pereira e Oliveira - Malotes Ltda-ME (Motoboy)	17.177/2015	R\$ 2.629,75	Dispensa de licitação
GVT (Vivo S.A)	17.431/2016	R\$ 2.037,60	Dispensa de licitação
Gráfica e Editora Qualytá Ltda	17.456/2016	R\$ 108.010,80	Adesão à ata
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	17.831/2016	R\$ 290.000,00	Inexigibilidade
<b>Total</b>			<b>R\$ 1.363.810,11</b>

### Informação sobre as transferências de recursos realizados no exercício em referência

Os auxílios financeiros a Corecons e a eventos na área de economia, aprovados em 2016 pelo plenário do Cofecon, totalizaram R\$ 291.577,89 e estão listados no quadro a seguir:

#### Quadro 9 - Auxílios e doações realizados em 2016

Interessado	Assunto	Concessão	Valor Aprovado
SOBER	Solicita Apoio ao 54º congresso SOBER	670 e 671 Plenária	R\$ 5.000,00
CORECON-PE	Restauração de sede	670 Plenária - DEL. 4.850	R\$ 8.000,00
CORECON-PI	XXVIII ENE	670 Plenária - DEL. 4.850	R\$ 6.500,00
CORECON-RN	SINCE/GINCANA	670 e 671 Plenária	R\$ 140.000,00
CORECON-ES	Modernização Tecnológica	671 Plenária - DEL. 4.855	R\$ 7.193,30
CORECON-ES	Reforma de sede	670 Plenária - DEL. 4.850	R\$ 8.000,00
CORECON-MA	Modernização Tecnológica	670 Plenária - DEL. 4.850	R\$ 7.500,00
CORECON-AM	X ENAM	670 Plenária - DEL. 4.850	R\$ 6.500,00
CORECON-RN	Modernização Tecnológica	670 Plenária - DEL. 4.850	R\$ 5.388,59
CORECON-SE	XVIII Prêmio Sergipe de Economia	671 Plenária - DEL. 4.855	R\$ 3.000,00
CORECON-PR	26º Prêmio Paraná de Economia	671 Plenária - DEL. 4.855	R\$ 3.000,00

CORECON-RN	XVI Prêmio RN de Economia/2016	671 Plenária - DEL. 4.855	R\$ 3.800,00
CORECON-RO	V Prêmio Rondônia de Monografia	671 Plenária - DEL. 4.855	R\$ 3.000,00
CORECON-SC	XXI ENESUL e I ECONESUL	670 Plenária - DEL. 4.853	R\$ 6.500,00
CORECON-AL	IV Prêmio de Estimulo ao Estudante	673 Plenária - DEL. 4.862	R\$ 3.000,00
CORECON-SC	XIX Prêmio Catarinense de Economia	671 Plenária - DEL. 4.855	R\$ 3.000,00
ANGE	XXXI Congresso da Ange	671 Plenária - DEL. 4.855	R\$ 7.000,00
CORECON-RJ	Apoio Financeiro - Seminário Internacional	671 Plenária - DEL. 4.855	R\$ 35.000,00
CORECON-ES	ENESUD e Prêmio Espírito Santo de Economia 2016	671 Plenária - DEL. 4.855	R\$ 9.500,00
FENECO	ENECO 2016	671 Plenária - DEL. 4.855	R\$ 3.500,00
CORECON-MA	XII Prêmio Maranhão de Economia	672 Plenária - DEL. 4.859	R\$ 3.000,00
CORECON-PE	X Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa	672 Plenária - DEL. 4.859	R\$ 3.000,00
CORECON-PI	Prêmio Piauí de Economia	672 Plenária - DEL. 4.859	R\$ 3.000,00
CORECON-TO	IX Prêmio de Monografia	673 Plenária - DEL. 4.862	R\$ 3.000,00
CORECON-DF	XXIII Prêmio Corecon-DF de Monografia	673 Plenária - DEL. 4.862	R\$ 3.000,00
CORECON-MS	Modernização Tecnológica	675 Plenária - DEL. 4.871	R\$ 2.196,00
<b>ECONOMISTAS</b>	<b>APOIO FINANCEIRO</b>	<b>EXERCÍCIO 2016</b>	<b>R\$ 291.577,89</b>

**6.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos:**

No exercício de 2016 não houve realização da depreciação dos bens, nem amortização e exaustão dos itens do patrimônio, por estamos em fase de adequação a um novo sistema de controle patrimonial. Tais cálculos serão realizados a partir do próximo exercício.

**6.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas:**

Conselho Federal de Economia - COFECON  
CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00

Página : 1

Período: Janeiro / 2016 a Dezembro / 2016

Balço Orçamentário							
Contas	Previsão	Execução	Diferença	Contas	Fixação	Execução	Diferença
RECEITAS CORRENTES	6.599.000,00	5.692.711,90	(906.288,10)	DESPESAS CORRENTES	6.309.000,00	6.023.481,95	(285.518,05)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	DESPESAS DE CUSTEIO	6.013.000,00	5.735.206,14	(277.793,86)
RECEITA PATRIMONIAL	298.000,00	316.180,15	18.180,15	TRANSFERENCIAS CORRENTES	296.000,00	288.275,81	(7.724,19)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.638.000,00	5.373.704,56	(264.295,44)				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	663.000,00	2.827,19	(660.172,81)				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	290.000,00	272.660,32	(17.339,68)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	INVESTIMENTOS	290.000,00	272.660,32	(17.339,68)
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
CRÉDITO ADICIONAL	0,00	0,00	0,00				
SUBTOTALS	6.599.000,00	5.692.711,90	(906.288,10)	SUBTOTALS	6.599.000,00	6.296.142,27	(302.857,73)
DÉFICIT	0,00	603.430,37	603.430,37	SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	6.599.000,00	6.296.142,27	(302.857,73)	TOTAIS	6.599.000,00	6.296.142,27	(302.857,73)

BRASÍLIA, 31 de dezembro de 2016

  
Econ. Júlio Miragaya  
Presidente  
CPF: 411.816.737-34

  
Antonio Tolentino  
Contador CRC-DF 5342  
CPF: 057.401.501-91



**Balanco Financeiro**

Receita		Despesa	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.692.711,90	DESPEZA ORÇAMENTÁRIA	6.296.142,27
RECEITAS CORRENTES	5.692.711,90	DESPEAS CORRENTES	6.023.481,95
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	DESPEAS DE CUSTEIO	5.735.206,14
RECEITA PATRIMONIAL	316.180,15	TRANSFERENCIAS CORRENTES	288.275,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.373.704,66	DESPEAS DE CAPITAL	272.660,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.827,19	INVESTIMENTOS	272.660,32
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
CRÉDITO ADICIONAL	0,00		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.323.108,88	DESPEZA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.301.046,19
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00	DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00	DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	3.112,22	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	3.112,22
TÍTULOS FEDERAIS	0,00	TÍTULOS FEDERAIS	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.628.870,24	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.599.535,68
DESPEAS A REGULARIZAR	1.378,56	DESPEAS A REGULARIZAR	1.271,20
DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00	DEPOSITOS JUDICIAIS	17.919,26
RESTOS A PAGAR	0,00	RESTOS A PAGAR	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00
CONSIGNAÇÕES	474.618,08	CONSIGNAÇÕES	464.078,05
CREDORES DA ENTIDADE	0,00	CREDORES DA ENTIDADE	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00
DESPEAS DE PESSOAL A PAGAR	2.215.129,78	DESPEAS DE PESSOAL A PAGAR	2.215.129,78
DESPEAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00	DESPEAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00
DESPEAS IRREGULARES	0,00	DESPEAS IRREGULARES	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
RECEITA NÃO CLASSIFICADA	0,00	RECEITA NÃO CLASSIFICADA	0,00
PARCELA DE CONVERSÃO MONETÁRIA	0,00	PARCELA DE CONVERSÃO MONETÁRIA	0,00
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.607.910,69	SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.026.543,01
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
BANCOS-C/MOVIMENTO	0,00	BANCOS-C/MOVIMENTO	0,00
BANCOS-C/ARRECAÇÃO	11.215,15	BANCOS-C/ARRECAÇÃO	17.663,73
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00	DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00
BANCOS-C/VINCULADA APLIC. EM CADERNETA DE	3.615,01	BANCOS-C/VINCULADA APLIC. EM CADERNETA DE	3.913,76
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.593.080,53	BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.004.965,52
<b>Total:</b>	<b>11.623.731,47</b>	<b>Total:</b>	<b>11.623.731,47</b>

BRASILIA, 31 de dezembro de 2016

Econ. Júlio Miragaya  
Presidente  
CPF: 411.815.737-34

Antonio Tolentino  
Contador CRC-DF 5342  
CPF: 057.401.501-91

Conselho Federal de Economia - COFECON  
CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00

Página: 1  
Período: Dezembro / 2016

**Balanco Patrimonial**

Ativo		Passivo	
ATIVO FINANCEIRO	1.059.808,66	PASSIVO FINANCEIRO	49.771,42
DISPONIVEL	17.663,73	DÍVIDA FLUTUANTE	49.771,42
CAIXA	0,00	RESTOS A PAGAR	0,00
BANCOS-C/MOVIMENTO	0,00	SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
BANCOS-C/ARRECAÇÃO	17.663,73	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00	CONSIGNAÇÕES	49.771,42
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00	CREDORES DA ENTIDADE	0,00
DISPONÍVEL VINCULADO EM CIC BANCÁRIA	1.008.879,28	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00
BANCOS-C/VINCULADA APLIC. EM CADERNETA DE POUANÇA	3.913,76	RESULTADO PENDENTE	0,00
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.004.966,52	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	0,00
REALIZÁVEL	8.196,13	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00	DESPESAS IRREGULARES	0,00
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00		
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	8.196,13		
TÍTULOS FEDERAIS	0,00		
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	0,00		
RESULTADO PENDENTE	25.069,52		
DESPESAS A REGULARIZAR	0,00		
DEPOSITOS JUDICIAIS	25.069,52		
ATIVO PERMANENTE	1.781.979,32	PASSIVO PERMANENTE	0,00
BENS PATRIMONIAIS	1.781.979,32	DÍVIDA FUNDADA	0,00
BENS MÓVEIS	644.558,84	Divida Fundada	0,00
BENS MÓVEIS	1.135.185,22		
BENS INTANGÍVEIS	2.235,26		
CRÉDITOS	0,00		
Divida Ativa	0,00		
VALORES	0,00		
TÍTULOS DE EMPRESAS ESTATAIS	0,00		
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA	0,00		
ALMOXARIFADOS	0,00		
OUTROS VALORES	0,00		
SOMA DO ATIVO REAL	2.841.787,98	SOMA DO PASSIVO REAL	49.771,42
SALDO PATRIMONIAL		SALDO PATRIMONIAL	2.792.016,56
PATRIMONIO (Passivo Real a Descoberto)		PATRIMONIO (Ativo Real Líquido)	
<b>Total:</b>	<b>2.841.787,98</b>	<b>Total:</b>	<b>2.841.787,98</b>

BRASILIA, 31 de dezembro de 2016

Econ. Julio Miragaya  
Presidente  
CPF: 11.815.737-34

Antonio Tolentino  
Contador CRC-DF 5342  
CPF: 057.401.501-91



**SEÇÃO 8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

**8.1. Tratamento das determinações e recomendações do TCU:**

Este Conselho segue as determinações e recomendações exaradas pelo TCU, proporcionando uma melhor correção nos gastos do Erário Público.

**8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno:**

Na Autarquia não há unidade de controladoria interna. Contudo, conforme retromencionado, a função de órgão de controle interno do COFECON, para efeitos do artigo 74 da Constituição Federal e dos artigos 49 a 51 da Lei nº 8.443/92, é exercida, através de sua Comissão de Tomada de Contas – CTC, constituída por meio do Regimento Interno. (Decisão TCU 701/98).

Resolução nº 1832 de 30 de julho de 2010, Regimento interno do COFECON:

Art. 58. O Plenário do COFECON, na primeira Sessão anual, elegerá duas comissões permanentes, a Comissão de Tomada de Contas e a Comissão de Licitação.

§ 1.º A Comissão de Tomada de Contas - CTC será constituída de seis membros, escolhidos entre os Conselheiros Efetivos que integram o Plenário, com mandato de 01(um)ano, inadmitida a recondução, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, sendo 03 (três) Conselheiros titulares e igual número de Suplentes, com a competência para exercer a função de controle interno do Sistema integrado pelo COFECON e pelos Conselhos Regionais, além das seguintes atribuições:

I. avaliar os controles orçamentários, financeiros e de Gestões internas do COFECON e dos CONSELHOS REGIONAIS, emitindo pareceres que serão submetidos a deliberação do Plenário;

II. proceder verificações e vistorias em qualquer unidade do Sistema COFECON/CORECON.

§ 2.º Em sua primeira reunião a CTC elegerá o seu presidente, ao qual competirá, além da direção dos trabalhos, a convocação das demais reuniões;

§ 3.º É vetada a participação dos atuais presidente e vice-presidente como membros da CTC, bem como dos ex-dirigentes cujas contas estejam pendentes de aprovação.

§ 4.º A Comissão de Licitação será constituída de três membros, um membro escolhido entre os Conselheiros Efetivos, que a presidirá, e de dois funcionários permanentes do COFECON, com mandato de 01(um) ano, inadmitida a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, com 02 (dois) Suplentes, um do plenário e um do quadro de funcionários do COFECON, com a competência para examinar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pelo artigo 51 da lei federal nº 8.666/93.

**8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário:**

Por força de norma expressa no Decreto 93.617/86, não incide sobre os Conselhos referidos neste capítulo a supervisão ministerial nos termos do Decreto-Lei nº 200/67.

Conforme preceitua o item 7.2.2 do Capítulo 5.1 do Título V da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, cabe ao Conselho Federal de Economia apurar as responsabilidades pela inobservância por parte dos Conselhos Regionais de Economia das suas obrigações por intermédio de Tomada de Contas Especial. As responsabilidades pelos atos de gestão serão apuradas conforme as competências regimentais de cada gestor e as circunstâncias específicas, cabendo aos órgãos administrativos e judiciais competentes, após a apuração administrativa, e ao Tribunal de Contas União a fixação de responsabilidades individuais e solidárias por irregularidades ou impropriedades, nos termos do artigo 12, I, da Lei nº 8.443/92.

No exercício de 2016 destaca-se o processo COFECON nº 15649/2017, cuja origem remonta ao dia 01.02.2016, quando foi protocolado no Conselho Federal de Economia - COFECON o Ofício nº 039/2016, encaminhado pelo Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo - SIDECON-SP, encaminhando ao COFECON denúncias envolvendo dirigentes do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo e da Ordem dos Economista do Brasil.

Posteriormente, em 08 de abril de 2016, o SINDECON-SP protocola no Conselho Federal de Economia - COFECON o Ofício nº 039/2016 contendo outra denúncia envolvendo um dirigente das duas entidades; Após analisar os documentos, e diante da gravidade dos fatos relatados e, levando-se em consideração a obrigação legal deste Conselho em apurá-los, foi determinada a abertura do Processo Administrativo nº 17.386/2016 em 05.02.2016.

Para verificação dos fatos foi desenvolvido o trabalho de consulta direta aos dados disponíveis na contabilidade no período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de março de 2016.

Ao concluir os trabalhos pela Comissão de Tomada de Contas do COFECON, restaram apontadas diversas inconformidades que caracterizam descumprimento as normas legais e podem ter acarretado prejuízo ao CORECON-SP, o que levou a comissão a sugerir ao Plenário do Conselho Federal de Economia a remessa dos autos ao Tribunal de Contas da União - TCU; ao Ministério Público Federal e aos Membros do Plenário do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo para conhecimento e providências acerca dos fatos narrados. O parecer conclusivo da CTC foi aprovado pelo Plenário do Cofecon.

O processo ainda está sendo analisado pelo TCU e MP, motivo pelo qual não houve a conclusão final do Processo COFECON nº 17.386/2016.

## ANEXO I – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

*Conselho Federal de Economia - COFECON*  
*CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00*

Página - 1

Período: Janeiro / 2016 a Dezembro / 2016

Balanço Orçamentário							
Contas	Previsão	Execução	Diferença	Contas	Fixação	Execução	Diferença
RECEITAS CORRENTES	6.599.000,00	5.692.711,90	(906.288,10)	DESPESAS CORRENTES	6.309.000,00	6.023.481,95	(285.518,05)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	DESPESAS DE CUSTEIO	6.013.000,00	5.735.206,14	(277.793,86)
RECEITA PATRIMONIAL	298.000,00	316.180,15	18.180,15	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	296.000,00	288.275,81	(7.724,19)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.638.000,00	5.373.704,56	(264.295,44)				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	663.000,00	2.827,19	(660.172,81)				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	290.000,00	272.660,32	(17.339,68)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	INVESTIMENTOS	290.000,00	272.660,32	(17.339,68)
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
CRÉDITO ADICIONAL	0,00	0,00	0,00				
SUBTOTALS	6.599.000,00	5.692.711,90	(906.288,10)	SUBTOTALS	6.599.000,00	6.296.142,27	(302.857,73)
DÉFICIT	0,00	603.430,37	603.430,37	SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	6.599.000,00	6.296.142,27	(302.857,73)	TOTAIS	6.599.000,00	6.296.142,27	(302.857,73)

BRASILIA, 31 de dezembro de 2016

  
 Econ. Julio Miragaya  
 Presidente  
 CPF: 411.815.737-34

  
 Antonio Tolentino  
 Contador CRC-DF 5342  
 CPF: 057.401.501-91



## ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

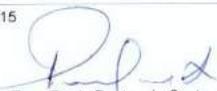
**Conselho Federal de Economia - COFECON**  
**CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00**

Página : 1  
**Período: Dezembro / 2015**

### Balanço Patrimonial

Ativo	Passivo
ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO
DISPONÍVEL	DÍVIDA FLUTUANTE
CAIXA	RESTOS A PAGAR
BANCOS-C/MOVIMENTO	SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR
BANCOS-C/ARRECAÇÃO	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	CONSIGNAÇÕES
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	CREDORES DA ENTIDADE
DISPONÍVEL VINCULADO EM C/C BANCÁRIA	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS
BANCOS-C/VINCULADA APLIC. EM CADERNETA DE POUPANÇA	RESULTADO PENDENTE
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR
REALIZÁVEL	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	DESPESAS IRREGULARES
DEVEDORES DA ENTIDADE	
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	
TÍTULOS FEDERAIS	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	
RESULTADO PENDENTE	
DESPESAS A REGULARIZAR	
DESPESAS JUDICIAIS	
ATIVO PERMANENTE	PASSIVO PERMANENTE
BENS PATRIMONIAIS	DÍVIDA FUNDADA
BENS MÓVEIS	Dívida Fundada
BENS IMÓVEIS	
BENS INTANGÍVEIS	
CRÉDITOS	
Divida Ativa	
VALORES	
TÍTULOS DE EMPRESAS ESTATAIS	
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA	
ALMOXARIFADOS	
OUTROS VALORES	
SOMA DO ATIVO REAL	SOMA DO PASSIVO REAL
SALDO PATRIMONIAL	SALDO PATRIMONIAL
PATRIMÔNIO (Passivo Real a Descoberto)	PATRIMÔNIO (Ativo Real Líquido)
<b>Total:</b>	<b>Total:</b>

BRASÍLIA, 31 de dezembro de 2015

  
 Econ. Paulo Dantas da Costa  
 Presidente  
 CPF: 026.862.794-00

  
 Antonio Tolentino  
 Contador  
 CPF: 057.401.501-91



## ANEXO III – BALANÇO FINANCEIRO

Conselho Federal de Economia - COFECON

CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00

Período: Janeiro / 2016 a Dezembro / 2016

Página: 1

Balanço Financeiro		Despesa	
Receita		Despesa	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.892.711,90	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	6.296.142,27
RECEITAS CORRENTES	5.092.711,90	DESPESAS CORRENTES	6.023.481,95
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	DESPESAS DE CUSTEIO	5.735.206,14
RECEITA PATRIMONIAL	316.180,15	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	288.275,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.373.704,56	DESPESAS DE CAPITAL	272.660,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.627,19	INVESTIMENTOS	272.660,32
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
CRÉDITO ADICIONAL	0,00		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.323.108,88	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.301.046,19
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00	DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00	DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	3.112,22	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	3.112,22
TÍTULOS FEDERAIS	0,00	TÍTULOS FEDERAIS	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.628.870,24	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.599.535,68
DESPESAS A REGULARIZAR	1.378,56	DESPESAS A REGULARIZAR	1.271,20
DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	DEPÓSITOS JUDICIAIS	17.919,26
ESTOS A PAGAR	0,00	RESTOS A PAGAR	0,00
SERVICO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	SERVICO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00
CONSIGNAÇÕES	474.618,08	CONSIGNAÇÕES	464.078,05
CREDORES DA ENTIDADE	0,00	CREDORES DA ENTIDADE	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00
DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	2.215.129,78	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	2.215.129,78
DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00
DESPESAS IRREGULARES	0,00	DESPESAS IRREGULARES	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
RECEITA NÃO CLASSIFICADA	0,00	RECEITA NÃO CLASSIFICADA	0,00
PARCELA DE CONVERSÃO MONETÁRIA	0,00	PARCELA DE CONVERSÃO MONETÁRIA	0,00
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.607.916,85	SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEQUINTE	1.026.543,01
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
BANCOS-C/MOVIMENTO	0,00	BANCOS-C/MOVIMENTO	0,00
BANCOS-C/ARRECAÇÃO	11.215,15	BANCOS-C/ARRECAÇÃO	17.663,73
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00	DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00
BANCOS-C/VINCULADA APLIC. EM CADERNETA DE	3.615,01	BANCOS-C/VINCULADA APLIC. EM CADERNETA DE	3.913,76
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.993.000,53	BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.004.965,52
<b>Total:</b>	<b>11.623.731,47</b>	<b>Total:</b>	<b>11.623.731,47</b>

BRASILIA, 31 de dezembro de 2016

  
Econ. Júlio Miragaya  
Presidente  
CPF: 411.819.737-34

  
Antonio Tolentino  
Contador CRC-DF 5342  
CPF: 057.401.501-91

**ANEXO IV - COMPARATIVO DE RECEITA ORÇADA COM ARRECADADA 2015**

**Conselho Federal de Economia - COFECON**

**CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00**

Página : 0  
Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

**Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada**

<b>Receita</b>	<b>Orçada</b>	<b>Arrec. Per.</b>	<b>Exercício</b>	<b>Diferença</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>6.576.000,00+</b>	<b>5.784.266,81 -</b>	<b>5.784.266,81 -</b>	<b>791.733,19+</b>
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>243.800,00+</b>	<b>396.465,52 -</b>	<b>396.465,52 -</b>	<b>152.665,52 -</b>
<b>RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>243.800,00+</b>	<b>396.465,52 -</b>	<b>396.465,52 -</b>	<b>152.665,52 -</b>
Cademeta de Poupança	1.000,00+	266,19 -	266,19 -	733,81+
Títulos de Renda - CDB	242.800,00+	396.199,33 -	396.199,33 -	153.399,33 -
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>5.126.200,00+</b>	<b>5.187.801,29 -</b>	<b>5.187.801,29 -</b>	<b>61.601,29 -</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS</b>	<b>5.126.200,00+</b>	<b>5.187.801,29 -</b>	<b>5.187.801,29 -</b>	<b>61.601,29 -</b>
Contr. p/ Desenvolvimento das Atividades	4.976.200,00+	5.132.433,75 -	5.132.433,75 -	156.233,75 -
Corecon 1ª Região - RJ	1.075.400,00+	935.124,21 -	935.124,21 -	140.275,79+
Corecon 2ª Região - SP	1.484.000,00+	1.468.176,93 -	1.468.176,93 -	15.823,07+
Corecon 3ª Região - PE	63.600,00+	108.859,65 -	108.859,65 -	45.259,65 -
Corecon 4ª Região - RS	318.000,00+	320.533,38 -	320.533,38 -	2.533,38 -
Corecon 5ª Região - BA	190.800,00+	225.983,16 -	225.983,16 -	35.183,16 -
Corecon 6ª Região - PR	275.600,00+	255.757,21 -	255.757,21 -	19.842,79+
Corecon 7ª Região - SC	95.400,00+	91.715,99 -	91.715,99 -	3.684,01+
Corecon 8ª Região - CE	84.800,00+	97.584,34 -	97.584,34 -	12.784,34 -
Corecon 9ª Região - PA	159.000,00+	115.513,73 -	115.513,73 -	43.486,27+
Corecon 10ª Região - MG	318.000,00+	338.382,21 -	338.382,21 -	20.382,21 -
Corecon 11ª Região - DF	212.000,00+	234.624,93 -	234.624,93 -	22.624,93 -
Corecon 12ª Região - AL	31.800,00+	35.967,47 -	35.967,47 -	4.167,47 -
Corecon 13ª Região - AM	127.200,00+	121.412,64 -	121.412,64 -	5.787,36+
Corecon 14ª Região - MT	31.800,00+	74.980,25 -	74.980,25 -	43.180,25 -
Corecon 15ª Região - MA	42.400,00+	46.436,57 -	46.436,57 -	4.036,57 -
Corecon 16ª Região - SE	37.100,00+	36.793,01 -	36.793,01 -	306,99+
Corecon 17ª Região - ES	49.820,00+	87.090,47 -	87.090,47 -	37.270,47 -
Corecon 18ª Região - GO	95.400,00+	86.407,23 -	86.407,23 -	8.992,77+
Corecon 19ª Região - RN	53.000,00+	43.318,75 -	43.318,75 -	9.681,25+
Corecon 20ª Região - MS	53.000,00+	61.218,10 -	61.218,10 -	8.218,10 -
Corecon 21ª Região - PB	37.100,00+	37.582,50 -	37.582,50 -	482,50 -
Corecon 22ª Região - PI	47.700,00+	49.422,08 -	49.422,08 -	1.722,08 -
Corecon 23ª Região - AC	13.780,00+	16.614,03 -	16.614,03 -	2.834,03 -
Corecon 24ª Região - RO	28.620,00+	20.946,31 -	20.946,31 -	7.673,69+
Corecon 25ª Região - TO	24.380,00+	29.744,34 -	29.744,34 -	5.364,34 -
Corecon 26ª Região - AP	10.600,00+	8.796,66 -	8.796,66 -	1.803,34+
Corecon 27ª Região - RR	15.900,00+	11.010,94 -	11.010,94 -	4.889,06+
Transferências Corecon,s	0,00+	172.436,66 -	172.436,66 -	172.436,66 -
<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>150.000,00+</b>	<b>55.367,54 -</b>	<b>55.367,54 -</b>	<b>94.632,46+</b>
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.206.000,00+</b>	<b>200.000,00 -</b>	<b>200.000,00 -</b>	<b>1.006.000,00+</b>
<b>RECEITAS DIVERSAS</b>	<b>1.206.000,00+</b>	<b>200.000,00 -</b>	<b>200.000,00 -</b>	<b>1.006.000,00+</b>
<b>Total:</b>	<b>6.576.000,00+</b>	<b>5.784.266,81 -</b>	<b>5.784.266,81 -</b>	<b>791.733,19+</b>

BRASÍLIA, 31 de dezembro de 2015.

Econ. Júlio Miragaya  
Presidente  
CPF: 411.815.737-34

Antonio Tolentino  
Contador CRC-DF 5342  
CPF: 057.401.501-91

## ANEXO V - COMPARATIVO DE RECEITA ORÇADA COM ARRECADA 2016

Conselho Federal de Economia - COFECON

CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00

Página: 0  
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

### Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada

Receita	Orçada	Arrec. Per.	Exercício	Diferença
<b>1.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>6.599.000,00+</b>	<b>5.692.711,90 -</b>	<b>5.692.711,90 -</b>	<b>906.288,10+</b>
<b>1.3.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>298.000,00+</b>	<b>316.180,15 -</b>	<b>316.180,15 -</b>	<b>18.180,15 -</b>
<b>1.3.20.00 - RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>298.000,00+</b>	<b>316.180,15 -</b>	<b>316.180,15 -</b>	<b>18.180,15 -</b>
1.3.20.04 - Caderneta de Poupança	1.000,00+	298,75 -	298,75 -	701,25+
1.3.20.05 - Juros e Atualização monetária Caderneta de Poupança	1.000,00+	298,75 -	298,75 -	701,25+
<b>1.3.20.05 - Títulos de Renda - CDB</b>	<b>297.000,00+</b>	<b>315.881,40 -</b>	<b>315.881,40 -</b>	<b>18.881,40 -</b>
1.3.20.05.01 - Juros e atual. monetária aplicação CDB	297.000,00+	315.881,40 -	315.881,40 -	18.881,40 -
<b>1.7.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>5.638.000,00+</b>	<b>5.373.704,56 -</b>	<b>5.373.704,56 -</b>	<b>264.295,44+</b>
<b>1.7.10.00 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS</b>	<b>5.638.000,00+</b>	<b>5.373.704,56 -</b>	<b>5.373.704,56 -</b>	<b>264.295,44+</b>
<b>1.7.10.01 - Contr. p/ Desenvolvimento das Atividades</b>	<b>5.473.964,51+</b>	<b>5.277.964,51 -</b>	<b>5.277.964,51 -</b>	<b>195.035,49+</b>
<b>1.7.10.01.01 - Corecon 1º Região - RJ</b>	<b>1.183.000,00+</b>	<b>290.294,18 -</b>	<b>290.294,18 -</b>	<b>892.705,82+</b>
1.7.10.01.01.01 - Corecon 1º - RJ Cota-Parte	1.183.000,00+	260.229,99 -	260.229,99 -	922.770,01+
1.7.10.01.01.02 - Corecon 1º - RJ Cobrança	0,00+	30.064,19 -	30.064,19 -	30.064,19 -
<b>1.7.10.01.02 - Corecon 2º Região - SP</b>	<b>1.632.000,00+</b>	<b>1.102,69 -</b>	<b>1.102,69 -</b>	<b>1.630.897,31+</b>
1.7.10.01.02.02 - Corecon 2º - SP Cobrança	1.632.000,00+	1.102,69 -	1.102,69 -	1.630.897,31+
<b>1.7.10.01.03 - Corecon 3º Região - PE</b>	<b>70.000,00+</b>	<b>4.079,60 -</b>	<b>4.079,60 -</b>	<b>65.920,40+</b>
1.7.10.01.03.01 - Corecon 3º - PE Cota-Parte	0,00+	3.944,46 -	3.944,46 -	3.944,46 -
1.7.10.01.03.02 - Corecon 3º - PE Cobrança	70.000,00+	135,14 -	135,14 -	69.804,86+
<b>1.7.10.01.04 - Corecon 4º Região - RS</b>	<b>350.000,00+</b>	<b>538,92 -</b>	<b>538,92 -</b>	<b>349.461,08+</b>
1.7.10.01.04.02 - Corecon 4º - RS Cobrança	350.000,00+	538,92 -	538,92 -	349.461,08+
<b>1.7.10.01.05 - Corecon 5º Região - BA</b>	<b>210.000,00+</b>	<b>225,20 -</b>	<b>225,20 -</b>	<b>209.774,80+</b>
1.7.10.01.05.01 - Corecon 5º - BA Cota-Parte	0,00+	225,20 -	225,20 -	225,20 -
1.7.10.01.05.02 - Corecon 5º - BA Cobrança	210.000,00+	0,00	0,00	210.000,00+
<b>1.7.10.01.06 - Corecon 6º Região - PR</b>	<b>303.000,00+</b>	<b>439,63 -</b>	<b>439,63 -</b>	<b>302.560,37+</b>
1.7.10.01.06.02 - Corecon 6º - PR Cobrança	303.000,00+	439,63 -	439,63 -	302.560,37+
<b>1.7.10.01.07 - Corecon 7º Região - SC</b>	<b>105.000,00+</b>	<b>614,38 -</b>	<b>614,38 -</b>	<b>104.385,62+</b>
1.7.10.01.07.01 - Corecon 7º - SC Cota-Parte	0,00+	575,57 -	575,57 -	575,57 -
1.7.10.01.07.02 - Corecon 7º - SC Cobrança	105.000,00+	38,81 -	38,81 -	104.961,19+
<b>1.7.10.01.08 - Corecon 8º Região - CE</b>	<b>93.000,00+</b>	<b>217,18 -</b>	<b>217,18 -</b>	<b>92.782,82+</b>
1.7.10.01.08.02 - Corecon 8º - CE Cobrança	93.000,00+	217,18 -	217,18 -	92.782,82+
<b>1.7.10.01.09 - Corecon 9º Região - PA</b>	<b>175.000,00+</b>	<b>4.746,91 -</b>	<b>4.746,91 -</b>	<b>170.253,09+</b>
1.7.10.01.09.01 - Corecon 9º - PA Cota-Parte	0,00+	4.746,91 -	4.746,91 -	4.746,91 -
1.7.10.01.09.02 - Corecon 9º - PA Cobrança	175.000,00+	0,00	0,00	175.000,00+
<b>1.7.10.01.10 - Corecon 10º Região - MG</b>	<b>350.000,00+</b>	<b>5.058,93 -</b>	<b>5.058,93 -</b>	<b>344.941,07+</b>
1.7.10.01.10.02 - Corecon 10º - MG Cobrança	350.000,00+	5.058,93 -	5.058,93 -	344.941,07+
<b>1.7.10.01.11 - Corecon 11º Região - DF</b>	<b>233.000,00+</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>233.000,00+</b>
1.7.10.01.11.02 - Corecon 11º - DF Cobrança	233.000,00+	0,00	0,00	233.000,00+
<b>1.7.10.01.12 - Corecon 12º Região - AL</b>	<b>35.000,00+</b>	<b>71,19 -</b>	<b>71,19 -</b>	<b>34.928,81+</b>
1.7.10.01.12.02 - Corecon 12º - AL Cobrança	35.000,00+	71,19 -	71,19 -	34.928,81+
<b>1.7.10.01.13 - Corecon 13º Região - AM</b>	<b>140.000,00+</b>	<b>1.362,20 -</b>	<b>1.362,20 -</b>	<b>138.637,80+</b>
1.7.10.01.13.01 - Corecon 13º - AM Cota-Parte	0,00+	32,00 -	32,00 -	32,00 -
1.7.10.01.13.02 - Corecon 13º - AM Cobrança	140.000,00+	1.330,20 -	1.330,20 -	138.669,80+
<b>1.7.10.01.14 - Corecon 14º Região - MT</b>	<b>35.000,00+</b>	<b>340,01 -</b>	<b>340,01 -</b>	<b>34.659,99+</b>
1.7.10.01.14.02 - Corecon 14º - MT Cobrança	35.000,00+	340,01 -	340,01 -	34.659,99+
<b>1.7.10.01.15 - Corecon 15º Região - MA</b>	<b>47.000,00+</b>	<b>934,41 -</b>	<b>934,41 -</b>	<b>46.065,59+</b>
1.7.10.01.15.02 - Corecon 15º - MA Cota-Parte	0,00+	157,88 -	157,88 -	157,88 -
1.7.10.01.15.02 - Corecon 15º - MA Cobrança	47.000,00+	776,53 -	776,53 -	46.223,47+
<b>1.7.10.01.16 - Corecon 16º Região - SE</b>	<b>41.000,00+</b>	<b>64,29 -</b>	<b>64,29 -</b>	<b>40.935,71+</b>
1.7.10.01.16.02 - Corecon 16º - SE Cobrança	41.000,00+	64,29 -	64,29 -	40.935,71+
<b>1.7.10.01.17 - Corecon 17º Região - ES</b>	<b>55.000,00+</b>	<b>2.071,17 -</b>	<b>2.071,17 -</b>	<b>52.928,83+</b>
1.7.10.01.17.02 - Corecon 17º - ES Cobrança	55.000,00+	2.071,17 -	2.071,17 -	52.928,83+
<b>1.7.10.01.18 - Corecon 18º Região - GO</b>	<b>105.000,00+</b>	<b>383,73 -</b>	<b>383,73 -</b>	<b>104.616,27+</b>
1.7.10.01.18.02 - Corecon 18º - GO Cobrança	105.000,00+	383,73 -	383,73 -	104.616,27+
<b>1.7.10.01.19 - Corecon 19º Região - RN</b>	<b>58.000,00+</b>	<b>64.969,27 -</b>	<b>64.969,27 -</b>	<b>6.969,27 -</b>
1.7.10.01.19.02 - Corecon 19º - RN Cobrança	58.000,00+	64.969,27 -	64.969,27 -	6.969,27 -
<b>1.7.10.01.20 - Corecon 20º Região - MS</b>	<b>58.000,00+</b>	<b>2.056,60 -</b>	<b>2.056,60 -</b>	<b>55.943,40+</b>
1.7.10.01.20.01 - Corecon 20º - MS Cota-Parte	0,00+	1.941,62 -	1.941,62 -	1.941,62 -
1.7.10.01.20.02 - Corecon 20º - MS Cobrança	58.000,00+	114,98 -	114,98 -	57.885,02+
<b>1.7.10.01.21 - Corecon 21º Região - PB</b>	<b>41.000,00+</b>	<b>212,64 -</b>	<b>212,64 -</b>	<b>40.787,36+</b>
1.7.10.01.21.02 - Corecon 21º - PB Cobrança	41.000,00+	212,64 -	212,64 -	40.787,36+
<b>1.7.10.01.22 - Corecon 22º Região - PI</b>	<b>52.000,00+</b>	<b>1.253,59 -</b>	<b>1.253,59 -</b>	<b>50.746,41+</b>
1.7.10.01.22.01 - Corecon 22º - PI Cota-Parte	0,00+	1.253,59 -	1.253,59 -	1.253,59 -

Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada

Receita	Orçada	Arrec. Per.	Exercício	Diferença
1.7.10.01.22.02 - Corecon 22ª - PI Cobrança	52.000,00+	0,00	0,00	52.000,00+
<b>1.7.10.01.23 - Corecon 23ª Região - AC</b>	<b>15.000,00+</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00+</b>
1.7.10.01.23.02 - Corecon 23ª - AC Cobrança	15.000,00+	0,00	0,00	15.000,00+
<b>1.7.10.01.24 - Corecon 24ª Região - RO</b>	<b>31.000,00+</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>31.000,00+</b>
1.7.10.01.24.02 - Corecon 24ª - RO Cobrança	31.000,00+	0,00	0,00	31.000,00+
<b>1.7.10.01.25 - Corecon 25ª Região - TO</b>	<b>27.000,00+</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>27.000,00+</b>
1.7.10.01.25.02 - Corecon 25ª - TO Cobrança	27.000,00+	0,00	0,00	27.000,00+
<b>1.7.10.01.26 - Corecon 26ª Região - AP</b>	<b>12.000,00+</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.000,00+</b>
1.7.10.01.26.02 - Corecon 26ª - AP Cobrança	12.000,00+	0,00	0,00	12.000,00+
<b>1.7.10.01.27 - Corecon 27ª Região - RR</b>	<b>17.000,00+</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.000,00+</b>
1.7.10.01.27.02 - Corecon 27ª - RR Cobrança	17.000,00+	0,00	0,00	17.000,00+
<b>1.7.10.01.99 - Transferências Corecon,s</b>	<b>0,00+</b>	<b>4.896.927,79 -</b>	<b>4.896.927,79 -</b>	<b>4.896.927,79 -</b>
1.7.10.01.99.01 - Corecon,s Cota-Parte	0,00+	16.022,68 -	16.022,68 -	16.022,68 -
1.7.10.01.99.02 - Corecon,s Cobrança	0,00+	4.880.905,11 -	4.880.905,11 -	4.880.905,11 -
<b>1.7.10.03 - TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>165.000,00+</b>	<b>95.740,05 -</b>	<b>95.740,05 -</b>	<b>69.259,95+</b>
1.7.10.03.01 - Eleições Eletrônica Transf. dos CORECONs	165.000,00+	95.740,05 -	95.740,05 -	69.259,95+
<b>1.9.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>663.000,00+</b>	<b>2.827,19 -</b>	<b>2.827,19 -</b>	<b>660.172,81+</b>
<b>1.9.20.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</b>	<b>0,00+</b>	<b>1.378,50 -</b>	<b>1.378,50 -</b>	<b>1.378,50 -</b>
1.9.20.02 - Restituições	0,00+	1.378,50 -	1.378,50 -	1.378,50 -
<b>1.9.90.00 - RECEITAS DIVERSAS</b>	<b>663.000,00+</b>	<b>1.448,69 -</b>	<b>1.448,69 -</b>	<b>661.551,31+</b>
1.9.90.04 - Banco do Brasil S/A	59.000,00+	0,00	0,00	59.000,00+
1.9.90.05 - Outras Receitas Diversas	28.000,00+	1.448,69 -	1.448,69 -	26.551,31+
1.9.90.99 - Créditos Adicionais	576.000,00+	0,00	0,00	576.000,00+
Total Executado a Maior				4.967.098,38
Total Executado a Menor				5.873.386,48
<b>Total:</b>	<b>6.599.000,00+</b>	<b>5.692.711,90 -</b>	<b>5.692.711,90 -</b>	<b>906.288,10+</b>

BRASILIA, 31 de dezembro de 2016.

Econ. Júlio Miragaya  
 Presidente  
 CPF: 411.815.737-34

Antonio Tolentino  
 Contador CRC-DF 5342  
 CPF: 057.401.501-91

## ANEXO VI - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM REALIZADA 2015

**Conselho Federal de Economia - COFECON**  
**CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00**

Página : 1  
 Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

### Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada

Despesa	Orçada	Exec. Per.	Exercício	Diferença
3.1.30.02.14.02 - Manutenção de programas de informática	198.040,00 -	366.425,72+	366.425,72+	168.385,72+
3.1.30.02.15 - Despesas com Hospedagem	22.000,00 -	5.005,00+	5.005,00+	16.995,00 -
3.1.30.02.16 - Material de Distribuição Gratuita	2.000,00 -	794,75+	794,75+	1.205,25 -
3.1.30.02.17 - Assessoria Parlamentar	85.000,00 -	58.999,92+	58.999,92+	26.000,08 -
3.1.30.02.18 - Despesas Com Sessão Plenárias e Eventos	100.000,00 -	153.142,21+	153.142,21+	53.142,21+
3.1.30.02.19 - Reembolso de despesa com plano e seguro saúde	0,00 -	141.757,77+	141.757,77+	141.757,77+
3.1.30.02.20 - Devolução de Cota Parte	0,00 -	238,86+	238,86+	238,86+
3.1.30.02.23 - Serviço de Assistência Odontologica - Prima Vida	0,00 -	7.355,23+	7.355,23+	7.355,23+
3.1.30.02.24 - Auditoria Eletronica	0,00 -	7.900,00+	7.900,00+	7.900,00+
3.1.30.02.25 - Eleições Voto Eletronico	0,00 -	192.000,00+	192.000,00+	192.000,00+
3.1.30.02.99 - Serviço de Entrega - Moto Boy	30.000,00 -	4.463,81+	4.463,81+	25.536,19 -
<b>3.1.30.03 - PREMIAÇÕES</b>	<b>73.000,00 -</b>	<b>72.300,00+</b>	<b>72.300,00+</b>	<b>700,00 -</b>
3.1.30.03.01 - Prêmio Brasil de Economia	70.000,00 -	63.000,00+	63.000,00+	7.000,00 -
3.1.30.03.02 - Gincana	3.000,00 -	9.300,00+	9.300,00+	6.300,00+
<b>3.1.90.00 - OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO</b>	<b>200.000,00 -</b>	<b>5.260,09+</b>	<b>5.260,09+</b>	<b>194.739,91 -</b>
3.1.90.01 - Sentenças Judiciais	1.000,00 -	0,00	0,00	1.000,00 -
<b>3.1.90.02 - Despesas de Exercícios Anteriores</b>	<b>199.000,00 -</b>	<b>5.260,09+</b>	<b>5.260,09+</b>	<b>193.739,91 -</b>
3.1.90.02.01 - Custas Judiciais	0,00 -	4.207,36+	4.207,36+	4.207,36+
3.1.90.02.02 - ATM/MULTA E JUROS	0,00 -	217,53+	217,53+	217,53+
3.1.90.02.03 - Serviços de Terceiros e Encargos	1.000,00 -	835,20+	835,20+	164,80 -
3.1.90.02.04 - Provisionamentos para Reclamações Trabalhistas	198.000,00 -	0,00	0,00	198.000,00 -
<b>3.2.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>270.300,00 -</b>	<b>236.927,13+</b>	<b>236.927,13+</b>	<b>33.372,87 -</b>
<b>3.2.10.00 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS</b>	<b>254.400,00 -</b>	<b>220.815,44+</b>	<b>220.815,44+</b>	<b>33.584,56 -</b>
<b>3.2.10.01 - Transferências Operacionais</b>	<b>254.400,00 -</b>	<b>220.815,44+</b>	<b>220.815,44+</b>	<b>33.584,56 -</b>
3.2.10.01.01 - Transferências para Prêmio de Monografia	45.000,00 -	48.193,84+	48.193,84+	3.193,84+
3.2.10.01.02 - Transferências para (SINCE e CONGRESSO)	130.000,00 -	130.000,00+	130.000,00+	0,00
3.2.10.01.03 - Transferências Encontros Regionais (ENE,s)	35.000,00 -	11.500,00+	11.500,00+	23.500,00 -
3.2.10.01.04 - Doação de Microcomputadores	0,00 -	3.393,60+	3.393,60+	3.393,60+
3.2.10.01.06 - Transferência Gincana	35.000,00 -	24.272,00+	24.272,00+	10.728,00 -
3.2.10.01.07 - Transferências Modernização Tecnológica	9.400,00 -	3.456,00+	3.456,00+	5.944,00 -
<b>3.2.80.00 - CONTRIBUIÇÃO PASEP</b>	<b>15.900,00 -</b>	<b>16.111,69+</b>	<b>16.111,69+</b>	<b>211,69+</b>
3.2.80.01 - PASEP	15.900,00 -	16.111,69+	16.111,69+	211,69+
<b>4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>900.000,00 -</b>	<b>601.798,72+</b>	<b>601.798,72+</b>	<b>298.201,28 -</b>
<b>4.1.00.00 - INVESTIMENTOS</b>	<b>900.000,00 -</b>	<b>601.798,72+</b>	<b>601.798,72+</b>	<b>298.201,28 -</b>
<b>4.1.10.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES</b>	<b>800.000,00 -</b>	<b>533.735,96+</b>	<b>533.735,96+</b>	<b>266.264,04 -</b>
4.1.10.01 - Reforma do 12º Andar Ed. Palácio do Comércio	800.000,00 -	533.735,96+	533.735,96+	266.264,04 -
<b>4.1.20.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE</b>	<b>100.000,00 -</b>	<b>68.062,76+</b>	<b>68.062,76+</b>	<b>31.937,24 -</b>
4.1.20.01 - Mobiliário e Utensílios de Escritórios	70.000,00 -	52.820,42+	52.820,42+	17.179,58 -
4.1.20.02 - Máquinas, Motores e Aparelhos	10.000,00 -	3.328,64+	3.328,64+	6.671,36 -
4.1.20.03 - Equipamentos de Informática	20.000,00 -	11.913,70+	11.913,70+	8.086,30 -
Total Executado a Maior				871.065,18
Total Executado a Menor				1.270.659,63
<b>Total:</b>	<b>6.576.000,00 -</b>	<b>6.176.405,55+</b>	<b>6.176.405,55+</b>	<b>399.594,45 -</b>

BRASILIA, 31 de dezembro de 2015.

Econ. Júlio Miragaya  
 Presidente  
 CPF: 411.815.737-34

Antonio Tolentino  
 Contador CRC-DF 5342  
 CPF: 057.401.501-91

## ANEXO VII - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM REALIZADA 2016

**Conselho Federal de Economia - COFECON**

**CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00**

Página : 1

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

### Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada

Despesa	Orçada	Exec. Per.	Exercício	Diferença
3.1.30.02.15 - Despesas com Hospedagem	5.000,00 -	4.958,00+	4.958,00+	42,00 -
3.1.30.02.16 - Material de Distribuição Gratuita	3.000,00 -	2.723,80+	2.723,80+	276,20 -
3.1.30.02.17 - Assessoria Parlamentar	50.000,00 -	49.331,22+	49.331,22+	668,78 -
3.1.30.02.18 - Despesas Com Sessão Plenárias e Eventos	100.000,00 -	91.437,07+	91.437,07+	8.562,93 -
3.1.30.02.19 - Reembolso e despesa com plano e seguro saúde	200.000,00 -	166.893,26+	166.893,26+	33.106,74 -
3.1.30.02.23 - Serviço de Assistência Odontológica - Prima Vida	7.000,00 -	6.769,64+	6.769,64+	230,36 -
3.1.30.02.24 - Auditoria Eletrônica	13.000,00 -	11.625,02+	11.625,02+	1.374,98 -
3.1.30.02.25 - Eleições Voto Eletrônico	150.000,00 -	141.000,00+	141.000,00+	9.000,00 -
3.1.30.02.99 - Consultoria e assessoria	15.000,00 -	14.039,18+	14.039,18+	960,82 -
<b>3.1.30.03 - PREMIAÇÕES</b>	<b>93.000,00 -</b>	<b>91.200,00+</b>	<b>91.200,00+</b>	<b>1.800,00 -</b>
3.1.30.03.01 - Prêmio Brasil de Economia	75.000,00 -	73.200,00+	73.200,00+	1.800,00 -
3.1.30.03.02 - Gincana	18.000,00 -	18.000,00+	18.000,00+	0,00
<b>3.1.90.00 - Outras Despesas de Custeio</b>	<b>6.000,00 -</b>	<b>3.509,86+</b>	<b>3.509,86+</b>	<b>2.490,14 -</b>
3.1.90.01 - Custas Judiciárias	1.000,00 -	848,26+	848,26+	151,74 -
<b>3.1.90.02 - Despesas de Exercícios Anteriores</b>	<b>5.000,00 -</b>	<b>2.661,60+</b>	<b>2.661,60+</b>	<b>2.338,40 -</b>
3.1.90.02.02 - ATM/MULTA E JUROS	1.000,00 -	481,60+	481,60+	518,40 -
3.1.90.02.03 - Serviços de Terceiros e Encargos	4.000,00 -	2.200,00+	2.200,00+	1.800,00 -
<b>3.2.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>296.000,00 -</b>	<b>288.275,81+</b>	<b>288.275,81+</b>	<b>7.724,19 -</b>
<b>3.2.10.00 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS</b>	<b>276.000,00 -</b>	<b>270.081,89+</b>	<b>270.081,89+</b>	<b>5.918,11 -</b>
<b>3.2.10.01 - Transferências Operacionais</b>	<b>276.000,00 -</b>	<b>270.081,89+</b>	<b>270.081,89+</b>	<b>5.918,11 -</b>
3.2.10.01.01 - Transferências para Prêmio de Monografia	35.000,00 -	33.000,00+	33.000,00+	2.000,00 -
3.2.10.01.02 - Transferências para (SINCE e CONGRESSO)	140.000,00 -	140.000,00+	140.000,00+	0,00
3.2.10.01.03 - Transferências Encontros Regionais (ENE,s)	26.000,00 -	26.000,00+	26.000,00+	0,00
3.2.10.01.07 - Transferências Modernização Tecnológica	15.000,00 -	12.581,89+	12.581,89+	2.418,11 -
3.2.10.01.08 - Transferências p/Reforma nos Corecon,s	25.000,00 -	23.500,00+	23.500,00+	1.500,00 -
3.2.10.01.09 - Transferencia para realização de Seminário	35.000,00 -	35.000,00+	35.000,00+	0,00
<b>3.2.80.00 - CONTRIBUIÇÃO PASEP</b>	<b>20.000,00 -</b>	<b>18.193,92+</b>	<b>18.193,92+</b>	<b>1.806,08 -</b>
3.2.80.01 - PASEP	20.000,00 -	18.193,92+	18.193,92+	1.806,08 -
<b>4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>290.000,00 -</b>	<b>272.660,32+</b>	<b>272.660,32+</b>	<b>17.339,68 -</b>
<b>4.1.00.00 - INVESTIMENTOS</b>	<b>290.000,00 -</b>	<b>272.660,32+</b>	<b>272.660,32+</b>	<b>17.339,68 -</b>
<b>4.1.10.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES</b>	<b>220.000,00 -</b>	<b>213.459,25+</b>	<b>213.459,25+</b>	<b>6.540,75 -</b>
4.1.10.01 - Reforma do 12º Andar Ed. Palácio do Comércio	220.000,00 -	213.459,25+	213.459,25+	6.540,75 -
<b>4.1.20.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE</b>	<b>70.000,00 -</b>	<b>59.201,07+</b>	<b>59.201,07+</b>	<b>10.798,93 -</b>
4.1.20.01 - Mobiliário e Utensílios de Escritórios	10.000,00 -	9.242,00+	9.242,00+	758,00 -
4.1.20.02 - Máquinas, Motores e Aparelhos	40.000,00 -	33.135,88+	33.135,88+	6.864,12 -
4.1.20.03 - Equipamentos de Informática	20.000,00 -	16.823,19+	16.823,19+	3.176,81 -
Total Executado a Maior				35.056,41
Total Executado a Menor				337.914,14
<b>Total:</b>	<b>6.599.000,00 -</b>	<b>6.296.142,27+</b>	<b>6.296.142,27+</b>	<b>302.857,73 -</b>

BRASILIA, 31 de dezembro de 2016.

Econ. Júlio Miragaya  
Presidente  
CPF: 411.815.737-34

Antonio Tolentino  
Contador CRC-DF 5342  
CPF: 057.401.501-91

## ANEXO VIII – DEMONSTRATIVOS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

**Conselho Federal de Economia - COFECON**

**CNPJ: 33.758.053/0001-25 - Siscontw - v. 2.0.56.00**

Página : 1  
Período: Janeiro / 2016 a Dezembro / 2016

### Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Variações Ativas		Variações Passivas	
RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	5.965.372,22	RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6.296.142,27
RECEITA ORÇAMENTARIA	5.692.711,90	DESPESA ORÇAMENTARIA	6.296.142,27
RECEITAS CORRENTES	5.692.711,90	DESPESAS CORRENTES	6.023.481,95
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	DESPESAS DE CUSTEIO	6.735.205,14
RECEITA PATRIMONIAL	316.180,15	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	288.275,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.373.704,56	DESPESAS DE CAPITAL	272.660,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.827,19	INVESTIMENTOS	272.660,32
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	Cobrança da Dívida Ativa	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	Alienação de Bens Móveis	0,00
CRÉDITO ADICIONAL	0,00	Alienação de Bens Imóveis	0,00
		Alienação de Títulos e Valores	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	272.660,32	Empréstimos Tomados	0,00
Aquisição de Bens Móveis	59.201,07	Recebimento de Créditos	0,00
Construção ou Aquisição de Bens Imóveis	213.459,25	Diversos	0,00
Aquisição de Bens Intangíveis	0,00		
Aquisição de Títulos e Valores	0,00	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00
Doação de Bens Móveis	0,00	Cancelamento da Dívida Ativa	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00	Baixa de Bens Móveis	0,00
Diversos	0,00	Superviniências Diversas	0,00
		Obra de Arte	0,00
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00		
Inscrição da Dívida Ativa	0,00	Total das Variações Passivas	6.296.142,27
Inscrição de Outros Créditos	0,00		
Incorporação de Bens	0,00	Resultado Patrimonial	-
De Outras Dívidas Passivas	0,00	- Superavit do Exercício	-
Diversas	0,00		
Reavaliação de Bens Móveis	0,00	<b>Total:</b>	<b>6.296.142,27</b>
Reavaliação de Bens Imóveis	0,00		
Obra de Arte	0,00		
<b>Total das Variações Ativas:</b>	<b>5.965.372,22</b>		
Resultado Patrimonial	330.770,05		
- Déficit do Exercício	-		
<b>Total:</b>	<b>6.296.142,27</b>		

BRASILIA, 31 de dezembro de 2016

Econ. Júlio Miragaya  
Presidente  
CPF: 411.815.737-34

Antonio Tolentino  
Contador CRC-DF 5342  
CPF: 057.401.501-91